



Nº 1170 - Semanal
0,50 €

3 Outubro 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Sílvino Gomes da Silva

Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

As críticas ao Código do Trabalho do Trabalho foram a nota dominante do encontro do secretário-geral do PS com cerca de 50 personalidades para debater o tema "Trabalho e Emprego", que teve lugar no passado sábado, no Hotel Altis, em Lisboa.

Na sua intervenção, Ferro Rodrigues enquadrou a reunião como a primeira de um ciclo de fóruns temáticos que o PS vai promover regularmente com o objectivo de ouvir um conjunto de destacadas personalidades da sociedade portuguesa que, sendo ou não militantes do partido, aceitem discutir e analisar temas da sua área de intervenção pessoal, cívica e política.



NOVO CÓDIGO DO TRABALHO ESMAGA DIREITOS SOCIAIS

► Página 5

CONVENÇÃO DA JS

FERRO REITERA CRÍTICAS AO FIM DO CRÉDITO BONIFICADO À HABITAÇÃO

► Página 4

SÉRGIO SOUSA PINTO

UNIÃO DEVE MOBILIZAR-SE CONTRA DESLEGITIMAÇÃO DO TPI

► Página 17

ENTREVISTA A JOSÉ JUNQUEIRO

DESCOORDENAÇÃO E FALTA DE AUTORIDADE SÃO A IMAGEM DE MARCA DO GOVERNO

O Governo não tem uma estratégia coerente e sustentada para o País. Em entrevista ao "Acção Socialista" José Junqueiro acusa Durão Barroso de pôr Portugal em hasta pública com a sua política de subserviência perante interesses estrangeiros. O coordenador parlamentar do PS para a área das obras públicas denuncia o desnorde do Executivo neste sector e a evidente irresponsabilidade governativa, alertando igualmente para as consequências negativas da demagogia e da falta de seriedade política.

Os ziguezagues em *dossiers* tão importantes como as SCUT's, o TGV ou o aeroporto da OTA, entre outros, podem gerar atrasos estruturantes no desenvolvimento de Portugal cuja recuperação pode levar dez anos.

► Página 11

A SEMANA REVISTA

O Secretário-Geral do Partido Socialista participou no Fórum temático sobre “Trabalho e Emprego”, o primeiro de um ciclo que pretende promover a reflexão e a análise de temas que, pela sua importância política, ocuparão um lugar de relevo durante a actual legislatura.

Com as presenças de Ferro Rodrigues e Jamila Madeira, na Convenção da JS, terminou em Aveiro a campanha de recolha de assinaturas para a reposição do crédito jovem bonificado à habitação.

Decorreu no passado sábado o encontro distrital autárquico do PS/Setúbal do qual saiu a reivindicação da construção de uma terceira travessia sobre o Tejo.

Promovido pela Comissão Política de Concelhia de Lisboa teve ontem lugar uma conferência-debate sobre a Revisão da Declaração de Princípios, em que participaram Augusto Santos Silva e Vítor Ramalho.

O primeiro debate de um ciclo denominado “O PS/Sintra ConVida”, organizado pela concelhia de Sintra, que contou com a presença de Vitalino Canas e Jorge Coelho, teve lugar na passada terça-feira.

O PS formalizou ontem a constituição de uma comissão de inquérito sobre a actuação do Governo relativamente à Polícia Judiciária, iniciativa também apoiada pelo BE e PCP.

A FERVER

ANTOONIO COLAÇO



Depois da tentativa de recolocar no plano curricular do ensino básico a disciplina de Religião e Moral, esta nova investida para condicionar e instrumentalizar os jovens revela que a direita não tem quaisquer escrúpulos em fazer prevalecer a sua marca ideológica, nem que seja à custa da inocência das crianças. As mesmas das listas de espera dos hospitais que, afinal, sempre irão poder andar de TGV.

EDITORIAL

TRISTE REPÚBLICA

A ideia é de Paulo Portas mas será Santana Lopes quem lhe vai dar corpo. Na última campanha eleitoral o líder do Partido Popular, a par das inúmeras promessas demagógicas, defendia que as crianças deveriam passar a cantar o hino nas escolas, numa lógica de nacionalismo bacoco ao velho estilo do Estado Novo. Para espanto de todos, a edilidade alfacinha entendeu que para as comemorações da implantação da República nada melhor do que pôr umas largas centenas de crianças na Praça do Município, vestidas com as cores da bandeira nacional, a cantarem hinos. Espera-se, contudo, que celeberrimo "cá vamos cantando e rindo, levados, levados sim" não conste do programa.

Depois da tentativa de recolocar no plano curricular do ensino básico a disciplina de Religião e Moral, esta nova investida para condicionar e instrumentalizar os jovens revela que a direita não tem quaisquer escrúpulos em fazer prevalecer a sua marca ideológica, nem que seja à custa da inocência das crianças. As mesmas das listas de espera dos hospitais que, afinal, sempre irão poder andar de TGV.

O direito à indignação resultante desta circunstância absolutamente inusitada no Portugal democrático, encontra paralelo nas novas mentiras do Governo. Ficamos a saber, depois de conhecida proposta de Orçamento de Estado para 2003, que o Executivo se prepara para, uma vez mais, aumentar os impostos dos assalariados ao atualizar os escalões do IRS abaixo da inflação esperada, ao mesmo tempo que põe fim ao regime fiscal das mais-valias mobiliárias. Nada disto foi prometido durante a campanha eleitoral, assim como também não foi dito que a idade da reforma dos funcionários públicos

seria alterada em prejuízo dos trabalhadores. Deste orçamento resulta também que os anúncios eleitorais de grandes aumentos nas pensões de reforma se ficarão apenas pela verificação de que as pensões não serão todas iguais.

Para a direita há sempre uns mais iguais do que outros. Esta diferença ideológica e a ética na política são fundamentais para a separação das águas entre nós e eles.

Para os que defendiam que entre o PS e o PSD não havia diferenças, aqui estão exemplos claros de duas culturas de governação, de entender o País e os portugueses absolutamente antagónicas. De um lado, a verdade e o respeito pelas pessoas, e do outro, a mentira, a total ausência de sensibilidade social e a constatação de que, para se chegar ao poder e o manter, vale tudo, até tirar olhos.

SILVINO GOMES DA SILVA



Silvino Gomes da Silva

UM NEGRO ORÇAMENTO DE ESTADO

Novo aumento dos impostos, atropelos sociais, injustiças fiscais, desinvestimento, o Orçamento de Estado para 2003 agora apresentado pelo Governo PS/PP tem de tudo um pouco e deixa o País ainda mais no fio da navalha do que já está. Mais uma vez, o Governo revelou falta de respeito pela Assembleia da República, já que divulgou primeiro o orçamento à imprensa.

A este orçamento falta sensibilidade social, perspectiva de futuro, coerência e capacidade para resolver os problemas que decorrem não só da necessidade de cumprir os critérios impostos por Bruxelas, mas também de ter as receitas adequadas para tirar a economia do estado depressivo em que o Governo a mergulhou.

Portugal é o país da União Europeia em que os cidadãos mais dificuldades têm e um dos que apresenta maiores desigualdades sociais. Este estado de coisas, no entanto, parece não comover o Governo, que declaradamente interrompeu o esforço de justiça social que foi feito nos governos do PS. O Executivo de Durão Barroso/Paulo Portas comporta-se como uma espécie de Robin dos Bosques ao contrário, tirando aos que têm menos, para dar aos mais abastados. Exemplo disso são os cortes nas reformas dos trabalhadores da função pública, em que a base de cálculo das pensões de reforma deixa de ser o salário bruto para ser apenas 89 por cento do seu valor. Outra alteração inaceitável é a da redução de 4,5 por cento por cada ano de antecipação da reforma.



A insensibilidade social é tão flagrante, que não hesita em atacar os direitos adquiridos dos trabalhadores, o que inclusivamente configura uma situação para recorrer aos tribunais. Reformados, funcionários públicos, trabalhadores por conta de outrem,

comerciantes, artistas, desportistas saem todos prejudicados. Só, afinal, as despesas correntes da administração pública aumentam. Afinal onde é que está a moral e a moralização? Agora até os direitos de autor dos artistas ficam sujeitos a tributação, eles que já são os que

menos recebem pela suas obras.

Em contrapartida, o Governo vende a oito o património do Estado. Várias páginas de jornais com edifícios e propriedades para venda, alguns a preços irrisórios. As perspectivas de futuro dos funcionários públicos não são melhores, já que a ministra das Finanças conta prosseguir com as dispensas.

O investimento público cai perto de 6 por cento, com o PIDDAC a ser a principal vítima. A Região Autónoma dos Açores viu interrompido o seu esforço para concluir o processo de reconstrução das ilhas do Faial e do Pico, afectadas pelo sismo que ali ocorreu em 1998. A educação deixou de ser uma paixão e muito menos áreas fundamentais para um verdadeiro desenvolvimento e modernidade, como a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico. O desemprego, esse, continuará a subir.

Para mais, o Governo conta reanimar a economia e o crescimento do PIB com base nas exportações, prevendo um aumento da ordem dos sete por cento. Uma ficção em que ninguém acredita, por uma razão simples: é que a economia internacional e os principais parceiros económicos de Portugal estão em desaceleração.

O quadro é negro, mas não é por causa da herança do Partido Socialista, por mais propaganda desonesta que o PSD queira fazer. O quadro é negro, por que quem o pintou foi o Governo de Durão Barroso/Paulo Portas.

CONVENÇÃO DA JS

FERRO REITERA CRÍTICAS AO FIM DO CRÉDITO BONIFICADO À HABITAÇÃO

O secretário-geral do PS reiterou as críticas ao fim do crédito bonificado à habitação, sublinhando ser esta “uma questão exemplar” da política do actual Governo, que acusou de ter “um total desprezo por aqueles que necessitam verdadeiramente desse apoio”.

Salientando que esta medida constituirá “uma machadada fortíssima” no sector da construção civil, com reflexos negativos ao nível dos impostos, Ferro Rodrigues lamentou ainda que Durão Barroso não tenha anunciado a medida em campanha eleitoral, “porque, desse modo, teria perdido as eleições”.



Ferro Rodrigues falava no domingo na Convenção “Queremos a nossa casa”, em Aveiro, iniciativa com que a Juventude Socialista assinalou o encerramento da campanha de recolha de cem mil assinaturas pela reposição do crédito bonificado, tendo Jamila Madeira desafiado o primeiro-ministro a repor os apoios à aquisição de casa aos jovens. E isto porque, adiantou, “se não o fizer, teremos de lhe dizer: dr. Durão Barroso, você é o elo mais fraco, adeus”. Jamila Madeira convidou ainda a JSD a votar a favor da reposição do crédito bonificado aos jovens. Embora o tema da sessão fosse o crédito bonificado, Ferro Rodrigues não deixou de

passar em revista na sua intervenção outros temas da actualidade política. O líder do PS reafirmou que se recusa a discutir o anteprojecto de Código do Trabalho nas ruas. “Se quiserem propostas da oposição, levem o Código à Assembleia da República, que é lá que as propostas da oposição têm de ser apresentadas e defendidas”, afirmou. Relativamente ao caso Portas-Moderna, o líder socialista do PS lembrou ao titular da pasta da Defesa o exemplo de antigos ministros socialistas, que se demitiram após suspeitas sobre o cumprimento dos seus deveres fiscais, numa alusão aos casos de Murteira Nabo e António Vitorino.

“Quando havia ministros socialistas sob suspeita, e às vezes provou-se que sem razão, esses ministros demitiram-se em respeito pela ética republicana e democrática”, disse, acrescentando que, hoje, “vemos um ministro de Estado e da Defesa agarrado ao poder”. O líder do PS criticou a actuação do primeiro-ministro, que acusou de “falta de coragem e dignidade política” por não demitir Paulo Portas. Negando que o PS tenha “uma lógica de perseguição pessoal ou política”, Ferro Rodrigues frisou que o nosso partido “não atira os princípios para trás das costas em nome de um pragmatismo e de uma lógica de

convivência política cordial, como se nada se tivesse passado” e garantiu ainda que “não é com manifestações no Largo do Caldas que vão cansar o PS”.

Pessoas voltaram a ser números

Ferro Rodrigues considerou ainda que as alterações na área da Segurança Social são um dos sinais mais evidentes da autêntica contra-reforma social que o Governo está apostado em levar a cabo e, no campo laboral, acusou o Governo de “tratar a mão-de-obra como outra mercadoria qualquer”. “O que lhes interessa são números. Os números de uma determinada actividade e os números e os números no sentido em que a quantidade está sempre acima das pessoas e da qualidade. Estamos a voltar aos tempos em que as pessoas passaram a ser números”, acusou.

O líder do PS reiterou as críticas que vem fazendo ao modo como o Governo tem tratado a questão do défice público, acusando o Executivo de Durão Barroso de ter transformado um problema orçamental numa crise económica.

Afinal, os seis meses de Governo PSD/PP têm o mérito, segundo Ferro Rodrigues, de terem mostrado “que esta governação de direita é muito diferente, para muito pior, da governação do PS”.

A campanha da JS pela reposição do crédito bonificado culminou na segunda-feira com a apresentação, na Assembleia da República, de uma petição com cem mil assinaturas e dois projectos de lei. Um a propor a reposição do crédito bonificado e um outro com medidas fiscalizadoras, destinadas a fiscalizar fraudes, tanto nos novos como nos antigos contratos de aquisição de casa.

J. C. C. B.

JORGE COELHO

PORTUGUESES FARTOS DO GOVERNO

Em apenas seis meses de Governo Durão/Portas, “os portugueses dão mostras de começarem a ficar fartos dele”. A análise foi feita pelo dirigente socialista Jorge Coelho, perante os militantes da Federação de Braga, no âmbito de um ciclo de debates organizado a propósito da preparação do próximo Congresso do PS. Segundo Coelho, “basta olhar para as sondagens e a popularidade de alguns ministros para se perceber que as pessoas já pensam que este Governo está no poder há anos”. Salientando que a imagem do primeiro-ministro ainda não saiu do negativo nos estudos de opinião, Jorge Coelho alertou para o facto do

País viver uma “crise política muito grave”, envolvendo aspectos institucionais, económicos e sociais, o que contribui para criar um clima de desconfiança nos cidadãos que pensam que não se pode confiar em ninguém. “Espantado” com a insensibilidade social do actual Executivo, Coelho acusou Durão Barroso e os seus ministros de não serem capazes de dizer uma palavra sobre o aumento do desemprego. “É triste constatar-se que o crescimento do desemprego, que vai regressar aos níveis anteriores a 1995, e os problemas sociais, não preocupam os actuais governantes”, declarou.

Denunciando a demagogia com que a actual maioria de direita tem governado Portugal, prometendo melhorias mas retirando diariamente os direitos e as regalias dos cidadãos, Jorge Coelho recordou a intenção governativa de descer o valor das pensões de reforma dos funcionários públicos com menos de 60 anos. “O doutor Paulo Portas andou a prometer a contagem do tempo de serviço aos que combateram nas guerras coloniais, mas agora, quando muitos deles, funcionários públicos, fazem contas à vida para se reformarem, eis que o Governo acaba com a reforma com 36 anos de serviço”, frisou.

Na opinião de Jorge Coelho, o Partido Socialista concorda com a necessidade de se equilibrarem as contas públicas, mas não aceita que a política de contenção do actual Governo esteja a criar uma profunda crise económica, devido à falta de confiança dos agentes económicos. Coelho defendeu que o PS tem de se preparar para ser alternativa de Governo nas próximas eleições legislativas, apontando as autárquicas como a primeira batalha para chegar a governação do País. O primeiro passo será, concluiu, “reconquistar as câmaras perdidas, manter as que gerimos e ganhar outras”.

FORUNS SOCIALISTAS

CÓDIGO DO TRABALHO É SEMENTE DA CONTRA-REFORMA

As críticas ao Código do Trabalho do Trabalho foram a nota dominante do encontro do secretário-geral do PS com cerca de 50 personalidades para debater o tema "Trabalho e Emprego", que teve lugar no passado sábado, no Hotel Altis, em Lisboa.

Na sua intervenção, Ferro Rodrigues enquadró a reunião como a primeira de um ciclo de fóruns temáticos que o PS vai promover regularmente com o objectivo de ouvir um conjunto de destacadas personalidades da sociedade portuguesa que, sendo ou não militantes do partido, aceitem discutir e analisar temas da sua área de intervenção pessoal, cívica e política.

Ferro Rodrigues realçou a importância da discussão de temas como o trabalho e emprego, que considerou "questões constitutivas do nosso pensamento político", e sublinhou que os fóruns são um importante contributo para que "o PS tenha permanentemente alternativas bastante claras nas mais diversas áreas para responder aos problemas nacionais".

O líder do PS referiu ainda que o anteprojecto de Código do Trabalho "é uma semente da contra-reforma social levada a cabo pelo Governo, que não responde à questão da produtividade".

Falando aos jornalistas no final do encontro, Paulo Pedroso fez a síntese das principais conclusões do fórum, tendo afirmado que "as mexidas na lei laboral diminuem direitos sem atacar a fundo os problemas da produtividade e competitividade".

Por outro lado, disse o porta-voz do PS, "não há no discurso do Governo qualquer referência à intenção de promover políticas activas de



emprego para combater o aumento do desemprego, nomeadamente entre os sectores mais vulneráveis da população".

Paulo Pedroso referiu ainda o fim do limite temporal dos contratos a prazo, as mexidas na lei dos despedimentos e a diminuição dos direitos dos trabalhadores estudantes como outros pontos muito negativos do anteprojecto da lei laboral.

Entre as conclusões do fórum, o porta-voz do PS

sublinhou ainda que o Governo tem uma percepção errada da relação de trabalho, uma vez que, explicou, não há uma relação de igualdade entre as partes, e, portanto, o trabalhador, a parte mais fraca, tem de ser protegido. O anteprojecto do Governo tem sobre uma lógica de Direito Civil, acusou. Neste contexto, Paulo Pedroso pediu ao Governo que "arrepie caminho" e altere o Código do Trabalho.

J.C.C.B.

MARGEM ESQUERDA

"RENOVADORES" QUEREM APROFUNDAR IDENTIDADE SOCIALISTA

É urgente que no PS haja "um debate transversal que não esteja confinado às estruturas do partido". A ideia foi defendida por Rui Namorado após a reunião do Clube Margem Esquerda, realizada este fim-de-semana em Coimbra.

«Estamos a reflectir. Nós somos um clube e o PS tem esse défice», declarou Namorado, para quem deveriam existir mais grupos como o clube, tendo em conta que «o debate é mais fácil», uma vez que a Margem proporciona «uma discussão mais viva, traduzida em resultados práticos». Rui Namorado reconhece que o Clube Margem Esquerda integra um conjunto de «renovadores», mas assinala que «deveriam existir ainda mais»

no Partido Socialista.

Em nome dos 111 subscritores do manifesto político deste clube de reflexão e debate (que integra militantes de todo o País), Namorado reiterou que "a esquerda tem de se assumir como tal".

"O nosso centro é a esquerda, nós estamos a pensar sobre a realidade e a nossa identidade tem de ser nítida, pois somos um partido de esquerda", disse.

No manifesto pode ler-se que o objectivo desta reflexão conjunta preconiza "a procura e o aprofundamento de uma identidade socialista, nos tempos de mudança" que se atravessam.

Fonseca Ferreira frisou, por seu turno, que "o

posicionamento actual é em termos de renovação de pensamento, de métodos de acção política, de renovação de rostos", explicando, que "esse é também um dos objectivos de Ferro Rodrigues". A modernização dos métodos de comunicação interna, usando os meios tecnológicos mais avançados, "tentando criar uma comunicação sistemática, recorrendo à Internet", foram várias propostas saídas deste encontro.

As eleições primárias para a escolha dos candidatos nas diferentes eleições são outra das ideias que o clube quer ver discutidas no próximo congresso, a realizar em Lisboa, entre 15 e 17 de Novembro. Na reunião magna dos socialistas do próximo mês,

pretendem ainda que seja debatida a abertura do partido a cidadãos não militantes, com a possibilidade de, também eles, poderem participar activamente na vida interna do PS.

Saliente-se que a Margem Esquerda defende a "criação de uma categoria de eleitores inscritos" que possam partilhar "com os simpatizantes um conjunto de direitos, nomeadamente a participação nas primárias".

Em Coimbra ficou também assente que é necessário "o reforço das secções sectoriais na tentativa de melhorar o funcionamento dos órgãos nacionais do partido, nomeadamente nas suas eleições internas".

JANTAR-DEBATE

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DO PS

O desenvolvimento sustentável deve fazer parte integrante da Declaração de Princípios e da acção do PS, no quadro de um projecto de fundo para o País, em contraponto à visão neoliberal de curto prazo do actual Governo. Esta foi a nota dominante das intervenções de destacados socialistas que participaram num jantar-debate sobre a Declaração de Princípios do partido, organizado pela recém-criada Secção de Desenvolvimento Sustentável.

Inserido no "Ciclo de Debates do Loreto", uma iniciativa que tem como objectivo promover regularmente o debate no interior do partido sobre o modelo de desenvolvimento do País, este 1º jantar-debate, moderado por Miguel Coelho, contou com a presença de Augusto Santos Silva, Jamila Madeira, Joel Hasse Ferreira, Helena Roseta, Barros Moura, Vieira da Silva, José Miguel Medeiros, Custódia Fernandes e Artur Penedos, entre outros. Aníbal Lamy, secretário-coordenador da Secção, abriu o debate com uma intervenção em que referiu algumas das iniciativas que esta estrutura vai brevemente levar a cabo, salientando que a inclusão do desenvolvimento sustentável na Declaração de Princípios "é o embrião de todo o projecto que a Secção pretende animar, visando contribuir para que o PS tenha uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o País, nas mais diversas áreas, desde a economia ao ambiente, passando pela saúde e educação, no quadro de uma oposição construtiva e crítica".

Relator da proposta de revisão, Augusto Santos Silva centrou a sua intervenção nas questões mais pertinentes da Declaração de Princípios, referindo que a ideologia do PS "é a mesma de sempre, o socialismo democrático", num espaço político que é a "esquerda democrática". "Não há outra força política capaz de exprimir o que é a esquerda democrática", acrescentou. Augusto Santos Silva sublinhou que a Declaração de Princípios consagra novas questões como os direitos das minorias, a paridade nas relações entre os géneros, o cosmopolitismo e as políticas de soberania - "acesso dos cidadãos à justiça e uma política democrática de segurança interna, inserida no âmbito do combate ao populismo". O antigo ministro da Cultura do último Governo do PS referiu ainda que a nova versão da Declaração de Princípios incorpora de uma forma muito visível a questão do desenvolvimento sustentável, que na primeira versão era "muito incipiente".



O presidente da Federação de Leiria, José Miguel Medeiros, outro dos intervenientes no debate, manifestou-se satisfeito com a evolução do processo da Declaração de Princípios, e no que respeita à revisão estatutária sustentou que "as concelhias e federações não podem ser caixas postais das decisões da direcção".

Que mundo estamos a deixar aos nossos filhos?

"Que mundo estamos a deixar aos nossos filhos?", perguntou Helena Roseta, para sublinhar que "esta questão tem tudo a ver com a ideia de desenvolvimento sustentável", que, frisou, é um conceito que não tem apenas a ver com a economia e o ambiente, mas também integra as componentes cultural e social, no quadro de uma democracia com elevada participação dos cidadãos.

"Só há desenvolvimento sustentável se houver democracia e participação das pessoas", disse. Helena Roseta confessou ter ficado "decepcionada" ao ler a primeira versão da Declaração de Princípios, que classificou de "redonda", e disse esperar que a nova proposta "seja mais acutilante".

Por outro lado, a deputada socialista que se mostrou preocupada com a situação mundial, disse que "não podemos permitir que a luta contra a pobreza no nosso planeta seja posta em último lugar".

Já Jamila Madeira sublinhou que a Declaração

de Princípios serviu-lhe sempre "de fonte de ensinamento e de orientação". A líder da JS considerou, por outro lado, que "é fundamental que a esquerda assuma a luta pela sustentabilidade social do mundo, e em particular da Europa", considerando ser necessário a "promoção de uma nova ordem mundial".

Na sua intervenção, Joel Hasse Ferreira teceu rasgados elogios ao "processo muito participativo" em torno da Declaração de Princípios, defendendo que o PS deve trabalhar no sentido de ter um "sólido ancorar no tecido social e económico", condição essencial para ter uma "duradoura base eleitoral e sociológica".

Manifestando-se preocupado com os rumos do planeta, nomeadamente a nível da sua sustentabilidade, teceu duras críticas à Administração Bush, que acusou de estar "conotada com a extrema-direita".

Vieira da Silva, por sua vez, disse que se revê na nova versão da Declaração de Princípios, "um instrumento de mudança possível e de afirmação do PS como força principal da mudança social", acrescentando que "os partidos que não tenham capacidade de ter boas ideias, não poderão ser eficazes na construção de uma alternativa de poder".

O ex-secretário de Estado afirmou ainda que "apesar de tudo", a economia de mercado "tem sido a mais eficaz na afectação de recursos". Barros Moura, outro dos intervenientes, salientou relativamente à Declaração de Princípios

que "este é um debate que só o PS podia realizar com esta amplitude".

Clarificação ideológica e separação de águas

Afirmando temer que a Declaração de Princípios "seja o maior denominador comum, incorporando todos os contributos", e "reproduzir compromissos que nos descaracterizam", disse que "ganharíamos em clarificação ideológica, separando as águas".

"O PS tem de ter uma clara definição ideológica visando hegemonizar a esquerda democrática", acrescentou.

Barros Moura defendeu ainda que o PS deve ter um projecto alternativo ao Código de Trabalho, uma vez que, alertou, "só resistir pode conduzir os trabalhadores a uma derrota histórica".

Já Artur Penedos, "algo emocionado", como confessou por diversas vezes, arrasou o pacote laboral. "O Código do Trabalho é uma lei miserável que a ser aprovado lançaria os trabalhadores na maior das precariedades, instituindo os contratos a prazo permanentes e eternos", disse.

Na sua intervenção, Artur Penedos disse que "não se pode esquecer um vasto conjunto de mecanismos sociais implementados pelos governos socialistas", sustentando que as "práticas políticas do anterior e do actual Governo mostram de uma forma clara e exemplar que existe uma divisão clara entre esquerda e direita".

J. C. CASTELO BRANCO

ENCONTRO DE AUTARCAS

SETÚBAL POLITICAMENTE MAIS FORTE

Em condições normais, é a partir das próximas eleições autárquicas que o PS pode pensar em voltar a ser poder em Portugal. A convicção e o desejo expressos por Paulo Pedroso, no encerramento do Encontro Distrital de Autarcas Socialistas de Setúbal, junta-se à ambição dos eleitos locais pelo PS que, findo o actual mandato autárquico, querem que o distrito e o litoral alentejano sejam politicamente mais fortes. Depois do conjunto de vitórias históricas alcançadas pelas listas do PS nas últimas autárquicas, o importante é continuar a trabalhar freguesia-a-freguesia, ganhar credibilidade e arrancar para uma grande vitória nas legislativas.

A construção de uma terceira ponte sobre o Tejo enquanto factor de progresso e de elevação da qualidade de vida em todo o sul do País é uma das principais reivindicações saídas do encontro que no sábado passado reuniu, na cidade do Sado, os autarcas socialistas do distrito de Setúbal.

“O PS, o autarca de freguesia e a descentralização de competências” a par do “Financiamento e do endividamento das autarquias” foram os temas escolhidos para a sessão e que foram introduzidos pelos camaradas José Augusto de Carvalho e Joel Hasse Ferreira. Presentes no encontro estiveram os presidentes de câmara socialistas do distrito, muitos dos presidentes de junta, vereadores e outros eleitos, que ao longo de todo o dia animaram um debate que por si só demonstrou a oportunidade da iniciativa, além de ter proporcionado um conjunto de conclusões que vão influenciar a acção dos socialistas no campo autárquico.

Uma das conclusões vertidas no documento final aponta para a necessidade de “reforçar objectivamente o quadro de competências” das freguesias, da dignificação do autarca de freguesia, e no que toca ao financiamento, porventura o ponto mais abordado durante a reunião, foi consensual a ideia da “necessidade de que se mantenha, pelo menos, o ritmo de crescimento dos últimos anos das transferências” estabelecidas na legislação. Disponíveis para aceitarem competências, no âmbito camarário, em áreas como a educação, a saúde e a habitação social, os autarcas socialistas sublinharam que “não se pode transferir competências para as autarquias sem as dotar de meios financeiros concordantes com as novas responsabilidades” para que o descentralizar de competências não signifique apenas “uma desresponsabilização da Administração Central perante algumas áreas da governação”.

Ao contrário do discurso do Governo, os eleitos pelo PS não aceitam que os municípios sejam “o bode expiatório” da situação das contas públicas e contrapõem com a necessidade de se caminhar para “todo um novo quadro de financiamento”



que passa mais pela cobrança de taxas por utilização de serviços municipais, do que pela cobrança de taxas no momento da construção de habitação.

A questão das entidades supramunicipais foi outra das questões abordadas. Com áreas de intervenção ao nível do planeamento e da gestão do património, estas entidades, no entendimento dos socialistas, devem ser dotadas de competências e recursos próprios, de forma a reforçarem o conceito de área metropolitana, permitindo-se assim que essas zonas urbanas desenvolvam “condições de competitividade internacional”.

Matéria igualmente relevante é a do endividamento, situação que, para o autarca de Setúbal, carece de “critérios claros e objectivos na definição de novos limites ao endividamento das autarquias” em ordem a

contrariar a “discricionaridade” com que o actual Governo favorece alguns municípios “numa lógica de livre arbítrio que é verdadeiramente inaceitável”.

Novas mentiras do Governo

Ao intervir no encerramento dos trabalhos, Paulo Pedroso jogou forte no ataque ao Governo e às suas políticas. “Portugal precisa hoje que a oposição perceba quais são os designios nacionais para o País porque o Governo parece não o saber”, declarou o porta-voz do PS para de seguida reafirmar que os socialistas têm a ambição de voltar a ser o partido maioritário que há-de voltar a colocar a “esquerda no governo”. Consciente da necessidade de um “esforço nacional e solidário para que a consolidação orçamental ocorra”, Paulo Pedroso responsabilizou o Governo por ter “convencido toda a gente de que o País tinha problemas maiores do que efectivamente tinha”, acusando-o também da “prática de suicídio” nos critérios escolhidos para o cálculo do défice, o que fez com que o valor verificado fosse 4,1 por cento em vez dos 3,1 que se alcançariam se não se tivesse sido mais papista do que o papa.

Em vésperas da apresentação do Orçamento de Estado, e na sequência da reunião de uma delegação socialista com a ministra das Finanças em que participaram o próprio Paulo Pedroso, Vieira da Silva e Joel Hasse Ferreira, o porta-voz do PS ficou com a convicção, transmitida aos autarcas reunidos em Setúbal, de que se está perante uma tal “cegueira orçamental” que confunde “necessidade de disciplina com asfixia económica”.

Após sublinhar que este ano Portugal vai crescer menos do que a União Europeia, o porta-voz do PS referiu-se às sucessivas “mentiras do Governo”. Desde logo o choque fiscal que se saldou por um aumento de impostos, quando se prometera o contrário durante a campanha

eleitoral, como é o caso do IVA que, além do mais, “não teve impacto significativo na receita”. Para Paulo Pedroso, com o Orçamento de Estado para 2003, mais duas mentiras vieram à tona. A primeira, que também é um golpe, respeita às anunciadas mudanças no regime de reformas dos trabalhadores da Função Pública. “Uma mexida destas anuncia-se, diz-se às pessoas quando se vai a eleições; o PSD calou-se sobre isto”, denunciou, indignado, Pedroso, para em seguida se referir à outra das novas mentiras e que tem a ver com o aumento das pensões. “Os recuos do Governo são a confirmação de que para eles afinal as pensões não são todas iguais”, disse o porta-voz do PS, que também se mostrou preocupado com o equilíbrio financeiro da Segurança Social. Para o dirigente socialista, “cada uma destas medidas é injusta e penaliza quem não devia ser penalizado”, sendo por isso necessário “perguntar às pessoas se estão a extrair as consequências do facto de lhes terem mentido”. Firme no papel de oposição responsável, Paulo Pedroso considera que o PS “tem o dever de denunciar as mentiras, porque além de estarem a privar as pessoas de benefícios prometidos, estão a governar com base em promessas que não cumprem”.

Sobre o caso Portas, apenas um afloramento, para reafirmar que seria “inimaginável que um ministro socialista não tivesse extraído todas as consequências”.

A terminar a sua intervenção, Pedroso apelou à militância: “Todos somos agentes do PS, todos damos a cara, temos que fazer a diferença e não deixar passar em claro as mentiras deste Governo”.

Salientando que com os socialistas os mesmos problemas teriam terapias diferentes, e que há “sacrifícios que se estão a pedir às pessoas que eram evitáveis”, Paulo Pedroso concluiu dizendo que “o País precisa que o PS esteja à altura das circunstâncias porque este Governo já demonstrou que não está”.

QUE SOCIALISMO DEMOCRÁTICO QUEREMOS?



JOAQUIM JORGE VEIGUNHA

Coordenador da revista *Finisterra*

O actual momento político nacional e internacional é assinalado por uma ofensiva das forças neoliberais que se aproveitam da instabilidade internacional resultante da política belicista da Administração de George W. Bush para atacarem conquistas e direitos do Estado de Bem-Estar que se julgavam irreversíveis. Nem mesmo as recentes vitórias social-democráticas na Suécia e na Alemanha são por si só suficientes para criar uma conjuntura favorável às forças da progressistas. Poderemos, por isso, dizer que a esquerda e, particularmente, o socialismo democrático se encontram na encruzilhada. Portugal não foge à regra. No poder encontra-se o Governo mais à direita desde o 25 de Abril, um Governo apoiado por forças que não perdem a ocasião para demonstrar o seu ressentimento por terem estado na oposição durante seis anos e que hoje mal conseguem esconder o seu saudosismo antidemocrático. Em contrapartida, o Partido Socialista, retornado à oposição, elabora um anteprojecto de Declaração de Princípios que constituirá a sua base programática para o próximo futuro.

Mais do que analisar detalhadamente o anteprojecto, interessa-nos reflectir sobre os valores de referência do socialismo democrático de que ele se faz porta-voz: os valores da liberdade, igualdade e solidariedade. Tendo em conta as transformações estruturais do final do segundo milénio, que liberdade, que igualdade, que solidariedade nos propõe o socialismo democrático? Nenhuma delas deve ser concebida com um *slogan de marketing*, mas possuir um significado claro, preciso sem ambiguidades. E uma resposta a esta questão remete-nos desde logo para a formulação de uma outra não menos importante: que democracia queremos? Questão tanto mais importante se pensarmos que actualmente até o populista mais xenófobo se reclama defensor da democracia, o que nos impõe a necessidade de também esclarecermos o seu significado. E será precisamente na base de um sistema de referência coerente e articulado que o PS poderá enfrentar com sucesso os desafios que se avizinham.

Os socialistas democráticos não podem aceitar uma liberdade cujos horizontes estão confinados ao mercado e à competição económica. Trata-se de uma liberdade exclusivista, já que cada indivíduo concebe o outro como um limite ou um obstáculo ao exercício da sua liberdade individual. A sociedade surge então como um somatório de indivíduos desprovidos de valores de cidadania que apenas se preocupam em realizar os seus interesses exclusivos sem qualquer consideração pelo bem-estar dos outros e que atribuem ao Estado a função de proteger a segurança privada de todos. Como alternativa, deve defender-se uma forma de liberdade inclusiva e abrangente baseada no princípio de que a liberdade do outro não é um obstáculo à minha liberdade, mas uma condição para a sua realização. Segundo esta forma inovadora de liberdade cada indivíduo toma o outro como fim e não como meio. Mas isto significa que a liberdade dos indivíduos apenas se desenvolverá plenamente na interacção e relação recíprocas em que cada um poderá revelar a sua humanidade contribuindo com o seu talento e a

Não basta preservar a democracia: é necessário também melhorá-la e aperfeiçoá-la. Actualmente, vivemos num período de democracia minimalista em que as principais decisões que afectam o futuro de milhões de pessoas são tomadas por organizações que não foram eleitas pelo voto democrático.

su capacidade para o aperfeiçoamento dos outros, e recebendo, por sua vez, o contributo das capacidades e dos talentos destes para o seu próprio aperfeiçoamento. Apenas esta forma de liberdade é compatível com uma cidadania activa e responsável. Para a liberdade do mercado, os indivíduos não são verdadeiramente cidadãos, mas apenas súbditos isolados em competição uns com os outros.

A realização de uma liberdade inclusiva e abrangente não é possível numa sociedade em que as desigualdades sociais aumentem cada vez mais. Nestas sociedades a competição pelo predomínio, pela riqueza e pelo poder acabará por reduzir os horizontes da liberdade de tal modo que cada um não tomará o outro como um fim mas apenas como um meio para a realização dos seus interesses exclusivistas. Apenas a realização de uma igualdade relativa de condições poderá fazer com que o livre desenvolvimento de cada um seja o pressuposto do livre desenvolvimento de todos. Mas isso exige a aposta em políticas públicas que não só tenham em vista minorar as desigualdades existentes, mas sobretudo promover a igualdade. Políticas de tributação progressivas, defesa de uma segurança social pública sem *plafonds*, promoção de uma educação pública de qualidade não subordinada a critérios tecnocráticos de especialização precoce e desenvolvimento de um sector público de saúde independente de megagrupos empresariais privados, são algumas formas de promover uma igualdade relativa de condições. Estas propostas têm em comum o reforço do sentido do bem público, que nos últimos anos tem sido submetido a um enorme desgaste em consequência da ofensiva neoliberal que com o seu elogio do privado exclusivista apenas exprime o predomínio dos grupos de interesse mais poderosos sobre o conjunto da sociedade.

O socialismo democrático sempre considerou a solidariedade como um importante valor de referência, opondo-o ao individualismo do *homo economicus* e ao *laissez-faire* do liberalismo económico. Para o anterior Governo do Partido Socialista o Rendimento Mínimo Garantido surgia como a expressão máxima do valor da solidariedade. Trata-se, no entanto, de uma interpretação demasiada passiva, demasiado limitada da solidariedade. Esta não deve ser entendida apenas como "intervenção pública a favor dos membros menos favorecidos da sociedade", como defende o anteprojecto da Declaração de Princípios do PS, mas como uma preparação de condições para que os mais desfavorecidos se emancipem de qualquer tipo de tutela e possam realizar as suas capacidades. Para que tal deixe de ser um sonho irrealizável, é necessário promover o desenvolvimento de um sector de economia cooperativa e solidária onde não apenas possam ser satisfeitas necessidades que o mercado e o Estado rejeitam, mas em que surjam novas sociabilidades, novas formas de relacionamento social que constituam uma alternativa tanto à competição económica quanto às tradicionais hierarquias estatais administrativas. Complemento da forma inclusiva da liberdade e da igualdade relativa de condições, esta forma activa de solidariedade poderá converter os menos desfavorecidos em construtores do próprio destino. Estes tornar-se-ão assim cada vez menos desfavorecidos e cada vez mais sujeitos activos da construção de uma sociedade em que não existam nem as exclusões da extrema pobreza nem os privilégios da opulência.

A democracia política constituiu sempre o grande horizonte de referência do socialismo democrático e a grande linha da sua demarcação relativamente ao socialismo real. Fiel a esta tradição, o anteprojecto de Declaração de Princípios do Partido Socialista considera que "a democracia constitui um fim em si mesmo, um precioso bem que é necessário defender". Nada de mais certo! No entanto, não basta preservar a democracia: é necessário também melhorá-la e aperfeiçoá-la. Actualmente, vivemos num período de democracia minimalista em que as principais decisões que afectam o futuro de milhões de pessoas são tomadas por organizações que não foram eleitas pelo voto democrático. A subordinação da esfera política à económica reduz as possibilidades de participação dos cidadãos nas decisões comuns, convertendo as eleições numa espécie de ritual que se realiza de quatro em quatro anos com um número crescente de abstenções. É necessário, portanto, alargar a democracia, superar o seu minimalismo através do aumento da sua dimensão participativa. Mas os cidadãos só poderão transformar-se em cidadãos activos, empenhados e participativos se tiverem tempo disponível para tal. E o tempo disponível para dedicar à cidadania passa necessariamente pela melhoria das condições laborais, pelo controlo sobre os ritmos e o sentido da actividade que exercem para ganhar a vida. Não podem existir cidadãos activos e empenhados se os contratos de trabalho são precários, se os horários de trabalho são longos ou os ritmos de trabalho extenuantes e alienantes. Eis a razão pela qual a democracia política apenas se poderá preservar através do seu aperfeiçoamento ou alargamento às esferas social e económica.

Uma liberdade abrangente e inclusiva, uma igualdade relativa de condições, uma solidariedade activa e uma democracia alargada podem constituir os grandes valores de referência do socialismo democrático. Serão também estes os valores que poderão esclarecer-nos sobre os nossos adversários políticos e, quiçá, sobre os nossos futuros aliados. No que respeita aos primeiros, incluímos, à direita, o neoliberalismo, que tudo reduz à dimensão económica e financeira, o populismo fascizante, que explora a insegurança e os sentimentos irracionais da população para se promover politicamente e limitar a democracia, e o conservadorismo paternalista, que se opõe à autonomia e liberdade dos indivíduos. À esquerda, destacamos as concepções vanguardistas que rejeitam o debate e a discussão em nome de uma pretensa superioridade teórica e ideológica que não constitui senão um resquício passadista de despotismo iluminado, felizmente varrido do horizonte político moderno pela Revolução Francesa. Os nossos aliados serão precisamente todos aqueles que, reconhecendo-se nos nossos princípios e desejando contribuir para o seu aperfeiçoamento, estarão dispostos a acompanhar-nos na nossa caminhada para a construção de um mundo mais próspero, mais humano e mais justo.

IMPOSTOS

DIREITA OPTA PELO "TROPICALISMO FISCAL"

A coligação de direita que suporta o Governo optou pela continuidade do "tropicalismo fiscal" ao rejeitar, na Assembleia da República, o projecto de lei socialista que aprovava medidas para garantir a eficiência e combater a fraude e a evasão fiscais.

Esta atitude foi classificada por Eduardo Ferro Rodrigues como sendo "um grave erro político", pois "tornar mais difícil qualquer consenso em torno das receitas e despesas" do Estado. A iniciativa da bancada do PS surgiu na sequência do apelo feito pelo secretário-geral, na *rentrée* política de Agosto, no sentido de ser celebrado um consenso nacional em torno do combate à fraude e evasão fiscais.

A direcção do GP/PS apelou também para que a maioria parlamentar de centro-direita aceitasse o desafio lançado através do diploma, mas PSD e PP recusaram-se a abandonar "a posição autista que tem vindo a assumir".

Na apresentação do diploma, na passada quinta-feira, o deputado socialista Eduardo Cabrita convidou os partidos do Governo para uma "estratégia concertada" em matéria de combate à fraude e evasão fiscais, de forma a possibilitar "uma justa repartição do rendimento e da riqueza" e "ganhos ao nível da eficiência". "Muito foi feito ao longo dos seis anos em que o PS foi Governo, mas é necessário mais. Urge criar uma cultura de cumprimento e de combate à evasão e fraude fiscais", disse Cabrita, para quem o projecto-lei socialista era um instrumento de efectiva concretização da lei-quadro.

A resposta, longe de satisfatória, foi dada pelo deputado do PSD António Preto, que, visivelmente exaltado, criticou o diploma do GP/PS por consubstanciar normas já existentes na matéria.

Numa curta tentativa de usurpação da paternidade do actual regime fiscal, o parlamentar laranja viu cair os seus argumentos quando o deputado Fernando Serrasqueiro lhe recordou que "com gritos não se convence ninguém" e que "a lei de que



falava foi elaborada e aprovada durante a governação socialista".

Também pela bancada do PS usou da palavra Pina Moura para defender a sua honra face a declarações proferidas pelo parlamentar laranja. "O senhor deputado António Preto invocou opiniões que são minhas para colá-las a afirmações intoleráveis e insustentáveis". Sem base de sustentação estavam, igualmente, as afirmações feitas pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, a quem Joel Hasse Ferreira confrontou com o que chamou de "manipulação de números".

"Se vai tudo tão bem, senhor secretário de Estado, para quê então aumentar os impostos e originar uma quebra de receitas", questionou,

denunciando o regresso de "velhos tiques do cavaquismo", porque, afinal, "o Governo não aceita os contributos de uma oposição construtiva" como a que o PS está a fazer.

Tecnologia fiscal

Na exposição de princípios do diploma chumbado, os socialistas defendiam um sistema fiscal simples, estável e que garantisse a justa repartição da riqueza, favorecendo o emprego, a poupança e o investimento. Neste sentido, chamava-se a atenção para a evidente necessidade de melhorar a articulação dos serviços envolvidos no correcto apuramento e arrecadação das receitas tributárias, numa perspectiva preventiva e repressiva, mas também, e principalmente, de sensibilizar os sujeitos

passivos para o cumprimento das suas obrigações tributárias, "contribuindo, de forma decisiva, para o reconhecimento do seu papel crucial no combate à evasão e à fraude fiscais".

Para a bancada do PS, uma actuação integrada, em áreas tão sensíveis como a das execuções fiscais e a da inspecção tributária, passava pelo recurso a meios informáticos mais desenvolvidos e sofisticados e a novas aplicações, procurando assim diminuir progressiva e sistematicamente situações de iniquidade fiscal, eliminar fenómenos de concorrência desleal e realizar justiça material.

A introdução das novas tecnologias da

comunicação nos sistemas tributários ajudaria, na opinião do PS, à desmaterialização das transacções de bens e das prestações de serviços, mediante a adopção de métodos de recolha de informação tributária pela via electrónica, da generalização do pagamento electrónico e da implementação de uma política de segurança da informação na transferência electrónica de informação.

O projecto socialista previa ainda um conjunto de medidas para a cobrança coerciva de impostos, onde se incluía a aprovação anual pelo Governo de um plano relativo a processos de execução fiscal pendentes.

De acordo com o documento, a administração fiscal deveria detectar "a existência de processos de dívidas extraídas que não tenham dado origem à instauração do correspondente processo executivo", assim como "conciliar a informação existente ao nível das execuções fiscais com a dos sistemas de liquidação dos impostos".

Também no domínio das cobranças coercivas, o projecto consagrava a adopção de procedimentos diferenciados consoante os diversos níveis de risco de cobrança dos processos de execução fiscal e a concretização (no caso dos processos relativos a devedores com registo ou morada desactualizada) de um sistema de citações e notificações pessoais.

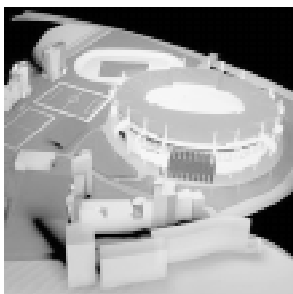
Ainda no âmbito das actividades da inspecção tributária, pretendia estabelecer-se "o controlo dos pagamentos efectuados a entidades residentes em países com *off-shores*".

Assim, o Fisco deveria estar igualmente atento a contribuintes que apresentem lucros inferiores em 50 por cento ao que resultaria da aplicação do regime simplificado de tributação, bem como em relação às empresas que apresentem prejuízos durante mais de três anos.

MARY RODRIGUES

MANUEL VILARINHO RECONHECE PROMISCUIDADE ENTRE BENFICA E O PSD

A promiscuidade entre o Benfica, o PSD e o Governo ficaram bem patentes nas declarações que Manuel Vilarinho e outros dirigentes do clube da Luz prestaram na semana passada numa reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia da República, com os deputados socialistas a mostrarem-se particularmente exigentes na obtenção de esclarecimentos. Embora tenham sido revelados alguns aspectos dos contactos e das questões tratadas entre os dirigentes do clube e os responsáveis do PSD, ficam ainda algumas questões por esclarecer claramente, designadamente o grau de eventual favorecimento de que o clube terá beneficiado. Já em funções, o Governo surpreendeu tudo e



todos ao aceitar acções do clube como garantia de pagamento de juros da dívida fiscal.

"Naturalmente que foi aflorada a questão fiscal", disse Manuel Vilarinho, reportando-se às duas reuniões que teve com Durão Barroso durante a campanha eleitoral. Fica por esclarecer, no entanto, os termos e a extensão em que a questão foi aflorada, embora o que foi dito indicie uma situação de tratamento de preferência relativamente ao contribuinte específico Benfica. Manuel Vilarinho revelou que "a questão que o PSD ajudou a resolver foi a do estádio". Ora, não parece possível resolver uma questão sem resolver a outra, já que, sem que a situação fiscal estivesse regularizada, o Benfica não poderia ter acesso às

ajudas do Estado para a construção do novo estádio.

O apoio ao PSD do presidente do Benfica, pessoal e institucional, durante a campanha eleitoral foi amplamente divulgado e as declarações que produziu durante um jantar de apoio da Durão Barroso não deixam margem para dúvidas: apelou directamente ao voto no PSD, pois "aqueles senhores tinham resolvida uma questão ao Benfica".

De referir que entre os elementos da direcção do Benfica que acompanharam Manuel Vilarinho estava também um deputado do PSD, Henrique Chaves, vice-presidente da Assembleia Geral do clube.

SOLIDARIEDADE

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO GERA EXCLUSÃO

A bancada socialista lamentou a “absurda incapacidade de diálogo democrático” manifestada pelo PSD e pelo PP em matéria de solidariedade, considerando o rendimento social de inserção (RSI) um “gerador de burocracia e de processos de exclusão inaceitáveis”.

A maioria parlamentar de direita que suporta o Governo fez aprovar na passada quinta-feira, em votação final global, o diploma que cria o RSI em substituição do rendimento mínimo garantido (RMG), programa que estava em vigor desde 1996.

Nas votações na generalidade, especialidade e final global, PS, PCP, Bloco de Esquerda e Partido Ecologista “Os Verdes” manifestaram-se sempre contra a proposta de alteração ao RMG por considerarem que está “mal formulada tecnicamente e possuía graves erros”.

Para os socialistas, o diploma do Executivo “restringe injustificadamente o conceito de



agregado familiar, retirando da medida cidadãos que dela necessitam”, sobretudo “quando as famílias em situação de extrema pobreza são frequentemente famílias atípicas”.

Os deputados do GP/PS criticam a discriminação de a determinação do nível de carência das famílias com base num rendimento virtual correspondente ao auferido nos últimos 12 meses, explicando que “esta posição condena à pobreza absoluta cidadãos que caíram no desemprego, esgotaram a protecção social que cobre esta eventualidade e só muitos meses depois é que estarão em condições de aceder a este mínimo de apoio à sua reinserção social”.

A desprotecção social dos jovens com menos de 25 anos continua a ser ponto de desacordo entre socialistas e a maioria parlamentar de direita, pois, consideram, assiste-se a uma regressão para a situação anterior à que foi

criada, não pelo Rendimento Mínimo Garantido em 1996, mas pelo subsídio de inserção de jovens na vida activa, de 1988.

Recordando que o PS fez, na discussão na especialidade, várias propostas de melhoria que, na sua grande maioria foram rejeitadas pelos partidos do Governo, muitas vezes sem qualquer justificação técnica ou política”, a bancada socialista considera que, “no essencial, o avanço no nosso sistema de protecção social constituído pelo RMG não foi posto em causa” porque “os partidos da direita não tiveram coragem para o fazer”.

“Introduziram-lhe, no entanto alterações erradas politicamente, geradoras de mais burocracia e criadoras de processos de exclusão inaceitáveis”, declaram, manifestando deste modo uma clara “oposição a mudanças que não constituem progressos no combate à pobreza e à exclusão”.

MARY RODRIGUES

TOXICODEPENDÊNCIA

POLÍTICA D: DESORIENTAÇÃO DESPERDÍCIO E DESASTRE

O combate à toxicodependência foi uma prioridade nacional assumida durante os seis anos de governação socialista. Neste terreno, o PS deixou frutos, mas a maioria de direita empenha-se em criar instabilidade, lançar a confusão, desorganizar e desmotivar.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS), particularmente atento à actuação governativa nesta matéria, assinalou as incoerências programáticas do Executivo durante uma interpelação sobre política de droga requerida pelo PCP e que se realizou na Assembleia da República não passado dia 25 de Setembro.

Recordando que a coligação PSD/PP prometera assumir a necessidade de cumprir a Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga e o Plano de Acção Horizonte 2004, os deputados Sónia Fertuzinhos e José Sócrates manifestaram a “perplexidade” e o desacordo do PS perante o rumo efectivamente seguido.

Sócrates, o primeiro responsável pelas políticas socialistas de combate e tratamento da toxicodependência, acusou o Governo Durão/Portas de dizer que quer prosseguir o sucesso do PS, mas, afinal, “não tem convicção e faz a contradição de nomear para a chefia de organismos pessoas que não concordam com a política de redução de riscos e saúde pública em vigor”.

Sónia Fertuzinhos alertou para o estado de paralisia a que o Governo votou “o trabalho praticamente todo feito” que “herdou nesta matéria” assinalando os falhanços da maioria de direita.

O Governo falhou, disse a deputada do GP/PS, “quando pretendia economizar e não economizou nada, por desperdiçar o que foi investido pelos últimos Governos do PS na consolidação de uma estratégia quando paralisou a operacionalidade e qualidade dos serviços”.

“É a verdadeira política D: D de desorientação, D de desperdício e D de desastre”, afirmou a parlamentar para quem “os danos desta estratégia podem ser irreparáveis na eficácia de tudo o que se tinha vindo a construir em termos de combate à toxicodependência”.



MARY RODRIGUES

CASO MODERNA

MAIORIA IMPEDE IDA DE PORTAS AO PARLAMENTO

O PS garante que vai “confrontar” o ministro da Defesa com as polémicas declarações proferiu sobre *lobbies* assim que for possível, apesar da coligação PSD/CDS ter impedido que Paulo Portas fosse terça-feira à comissão parlamentar do sector, como era pretendido por socialistas e comunistas.

Em causa estavam as afirmações de Portas sobre a relação entre a alegada “campanha” e a pressão de *lobbies* de armamento à volta dos concursos em aberto para aquisição de material bélico.

Para o deputado socialista Vitalino Canas, o que poderia decorrer das ditas afirmações - e da recusa do ministro à Assembleia da República - seria a “suspeição de saber-se se não haveria alguma coisa a esconder”.

Assim, o ex-governante assegurou que o PS não tencionava desistir. “Já foi ali dito [na comissão] que o ministro não se poderá furtar continuamente ao Parlamento”, declarou, frisando que “haverá seguramente uma oportunidade para confrontar o ministro com as suas declarações.”

Penedos quer explicações sobre pagamentos à Segurança Social

Ontem, o deputado Artur Penedos exigiu ao ministro Bagão Félix esclarecimentos sobre se Paulo Portas, enquanto gestor da empresa Amostra, pagou as prestações devidas à Segurança Social. No requerimento entregue na Assembleia da República, Artur Penedos recorda ao ministro do Trabalho e da Segurança Social que, numa conferência de Imprensa, no passado dia 21 de Setembro, Paulo Portas declarou que “havia pago milhares de contos sem ter exigido qualquer recibo ou comprovativo aos cidadãos contratados”.

Segundo o parlamentar socialista, o ministro de Estado e da Defesa “justificou esse comportamento pela necessidade de minimizar os custos a que esses cidadãos (jovens que efectuaram sondagens) ficariam sujeitos com o cumprimento das suas obrigações fiscais”, adiantando que “tal prática (a não exigência de recibos ou comprovativos) era usual nas empresas portuguesas de sondagens”. Artur Penedos aludiu ainda ao facto de Paulo Portas ter afirmado possuir uma declaração da sua repartição de Finanças comprovativa de que nada devia ao sistema fiscal.

“No entanto, essa declaração (das finanças) não é coincidente com as afirmações proferidas pelo ministro da Defesa, onde apenas confirmou que pagou trabalho sem exigir o respectivo recibo e que liquidou ao fisco o IRC correspondente à não observância da exigência legal daí decorrente”, observou ainda o deputado socialista.

JOSÉ JUNQUEIRO

DESCOORDENAÇÃO E FALTA DE AUTORIDADE SÃO A IMAGEM DE MARCA DO GOVERNO

O Governo não tem uma estratégia coerente e sustentada para o País. Em entrevista ao "Acção Socialista", José Junqueiro acusa Durão Barroso de pôr Portugal em hasta pública com a sua política de subserviência perante interesses estrangeiros. O coordenador parlamentar do PS para a área das obras públicas denuncia o desnorde do Executivo neste sector e a evidente irresponsabilidade governativa, alertando igualmente para as consequências negativas da demagogia e da falta de seriedade política.

Os ziguezagues em *dossiers* tão importantes como as SCUT's, o TGV ou o aeroporto da OTA, entre outros, podem gerar atrasos estruturantes no desenvolvimento de Portugal cuja recuperação pode levar dez anos.

É aceitável a confusão no seio do Executivo com declarações absolutamente contraditórias relativamente ao sistema de SCUT's lançado pelo anterior governo do PS?

Não é aceitável, nem tão pouco compreensível que dois ministros (Isaltino de Moraes e Valente de Oliveira) do mesmo Governo, com o mesmo primeiro-ministro, falem a duas vozes sobre o mesmo problema. Como se vê, enquanto o PS pôs em prática uma solução para um problema, o Governo está a criar um problema sem solução e, mais grave, não é capaz de se coordenar e decidir.

Terão os cidadãos do interior, particularmente os de Trás-os-Montes e das Beiras, as condições competitivas ideais se forem mesmo introduzidas as portagens?

Não. As pessoas destas regiões já pagaram durante muitos e largos anos as portagens do subdesenvolvimento. O direito ao futuro é legítimo e absolutamente incompatível com este novo imposto. O princípio da solidariedade sobrepõe-se ao do utilizador pagador. Se assim não fosse, não existiriam prestações sociais específicas para os que menos têm a partir das contribuições dos que têm mais. Por isso é que o Plano Rodoviário Nacional se fez para todo o País, para equilibrar o interior com o litoral, de modo a ficarmos globalmente mais competitivos.

Como comenta o facto de, sobre o IP 5, o Governo também não se entender na definição do traçado, falando, uma vez mais, a duas vozes? A descoordenação e falta de autoridade no Governo começa a ser uma imagem de marca. Neste caso concreto a disputa entre os dois ministros acima referidos situa-se entre o cumprimento da lei que o Ambiente determina e



os interesses locais que dois autarcas do PSD defendem em articulação com o Ministério das Obras Públicas. Como resultado desta incapacidade para decidir o início das obras tem meses de atraso.

Na eventualidade de continuar a haver crianças em listas de espera nos hospitais, como encara a decisão do Governo de, afinal, avançar para a construção do novo aeroporto da OTA?

A falta de seriedade paga-se cara. Também aqui o Governo recuou. O ministro das Obras Públicas utilizou como justificação para a retoma do projecto socialista as mesmas razões que há cerca de dois meses negara à oposição. E o PS bem lhe disse, durante uma audição na Assembleia da República, que até 2003 teria de reassumir a concretização do aeroporto da Ota. Tínhamos razão. Lamenta-se que o primeiro-

ministro tenha utilizado as crianças portuguesas como arma de arremesso, bem como todo o atraso que a sua demagogia promoveu numa obra estruturante e de prioridade incontornável.

De que forma analisa o recuo do Governo em matéria de TGV?

É um misto de ignorância e de ausência de responsabilidade. Bastou uma reunião, a seguir às eleições, com o primeiro-ministro espanhol para que Durão Barroso desse o dito por não dito e retomasse o projecto socialista. Não tinha necessidade desta menoridade.

Não é uma sinal de fraqueza de Durão Barroso ir para a cimeira luso-espanhola sem o traçado definido para o TGV?

O Governo diz ter aprovado um traçado no penúltimo Conselho de Ministros, mas em concreto nada revelou. Viemos a saber por um interlocutor espanhol a informação que por direito nos pertencia e nos foi ilegitimamente negada. Foi o Governo que, sem ninguém pedir, publicitou a ideia de ser o País a conhecer o traçado em primeiro lugar. Com esta atitude, ao esconder a informação, impossibilita-nos uma avaliação entre aquilo que propusemos e o que, eventualmente, os espanhóis nos obrigariam a aceitar. "Um rei fraco faz fraca a forte gente".

Esta situação não é reveladora, por outro lado, de uma falha de visão do primeiro-ministro quanto ao modelo de desenvolvimento do País?

Os casos acima referidos são alguns exemplos, graves, que demonstram a ausência de uma ideia coerente e sustentada para o desenvolvimento do País. Se articularmos estes factos com a interrupção do crescimento de Portugal acima da média da União Europeia, com o aumento do desemprego, o decréscimo da confiança dos consumidores, o aumento dos impostos ou o corte do crédito bonificado para a aquisição de

habitação própria temos de concluir que a visão estratégica de Durão Barroso está de "tanga".

Uma infra-estrutura fundamental para o futuro é o porto de águas profundas em Sines, cujo planeamento foi deixado pelo Governo do PS. Têm os deputados alguma informação que permita sossegar os eleitores quanto à efectiva realização destes empreendimentos? O PS deixou planeamento e mais de 500 milhões de euros em obra a decorrer e muitos outros em estruturas totalmente concretizadas. Os deputados, para além da substituição de administradores, nada conhecem das intenções do Governo, mas uma coisa sabem de concreto: já é impossível parar o que está a ser feito.

Nas obras públicas ressalta à vista um total desnorde do Governo que faz exactamente o contrário do que prometeu Durão Barroso durante a campanha eleitoral. Quais as consequências para o País da ausência de uma política para o sector?

O arbrandamento no crescimento, a diminuição da competitividade, o desemprego e o empobrecimento são factos tão reais como a perda de fundos comunitários, cujos prazos de aplicação são incompatíveis com o baixo nível de execução que o Governo está a provocar. A desconfiança dos agentes económicos é contrária ao investimento. O desnorde nas obras públicas, a não ser colmatado de imediato, poderá estimular um atraso em equipamentos estruturantes cuja recuperação pode levar uma década.

Qual a análise que faz, do ponto de vista global, ao meio ano de gestão da coligação de direita?

A coligação PSD/PP, decorridos que estão seis meses de Governo, revela desconhecimento do País, como se constata pelos avanços e recuos já aqui mencionados, denota uma enorme sofreguidão na reconstituição do "Estado Laranja", como se verificou na exoneração colectiva de 18 responsáveis dos Centros Regionais de Segurança Social ou 14 dos 15 administradores do sistema portuário, demonstra falta de carácter e transparência, facto que se tipifica no caso Portas e na decapitação da Polícia Judiciária, uma enorme arrogância e ausência de consciência social, consubstanciada no frenético ministro Bagão Félix que, desde o corte às garantias no trabalho até ao corte das reformas, já fez de tudo, passando por uma ministra das Finanças que não acerta nas previsões ou, melhor, nos palpites e acabando num primeiro-ministro que decidiu pôr o País em hasta pública, vendendo tudo, mesmo os terrenos do Estado por onde deve passar a CRIL. Acresce que Durão Barroso não coordena, perde todos os dias mais um pouco da autoridade política, enfraquece a autoridade do Estado e passa o tempo a dar o dito por não dito. Não sei se o Governo irá longe, mas sei que assim o País não vai a lado nenhum.

DEPUTADOS SOCIALISTAS QUESTIONAM EXECUTIVO SOBRE TRAÇADO DO TGV

Face ao anúncio no final do Conselho de Ministros, sobre a intenção do Governo aprovar o traçado definitivo para a Rede Nacional do Transporte de Grande Velocidade (TGV), depois da Cimeira Ibérica, os deputados socialistas entregaram um requerimento na Assembleia da República a pedir esclarecimentos ao Executivo sobre a escolha do traçado.

No documento que tem como primeiro subscritor o deputado José Junqueiro, o PS questiona o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação sobre se a ligação Aveiro-Salamanca, tal como tem sido noticiado pela Comunicação Social é preterida em favor da estratégia logística espanhola.

Os deputados socialistas argumentam que a ser verdade se trata de uma decisão em sentido contrário às opiniões das autoridades da região, nomeadamente de vários autarcas, do próprio presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, das Associações Industriais de Viseu, Aveiro e Guarda e do Conselho Empresarial do Centro.

Sabendo que a decisão final sobre o traçado do TGV, será tomada, a curto prazo, pelo Governo espanhol, os deputados socialistas querem que o Governo esclareça o que vai acontecer ao eixo Aveiro-Viseu-Vilar Formoso.

EDUCAÇÃO

PS CONTESTA AVANÇO DE PROGRAMAS SEM REVISÃO CURRICULAR

O Governo está a "remendar a educação" e tal "alfaiataria" já mostra os seus "péssimos resultados" como a decisão ministerial de colocar em vigor 11 programas do ensino secundário fora da revisão curricular.

Esta medida foi criticada pela deputada socialista Ana Benavente, que afirmou ser incompreensível que o Ministério da Educação não tenha ainda revelado quando vai entrar em vigor a reforma curricular prevista pelo anterior Governo, e que fora suspensa este ano por decreto.

No âmbito da revisão curricular prevista, várias editoras associadas da União de Editores Portugueses tinham investido 1,2 milhões de contos (cerca de seis milhões de euros) na criação de 68 novos manuais para o ensino secundário.

A coordenadora da Comissão Parlamentar de Educação alertou para o facto de o Governo Durão/Portas estar a "remendar a educação" em vez de levar a cabo "a proposta integrada e

consistente" deixada pela administração socialista.

A questão da revisão curricular foi igualmente levantada por Ana Benavente, quarta-feira, na Assembleia da República. Na sua intervenção, a parlamentar do PS lembrou que "muitos são os exemplos passados dos péssimos resultados que dá tal alfaiataria".

"Porquê esta suspensão, senão por razões políticas, para parecer fazer o contrário do que estava a ser feito? Que confiança nos pode merecer quem hoje diz que não e, face a pressões, diz que sim amanhã? Realmente, o ministro da Educação não sabe para onde vai, perde tempo e desbarata recursos", frisou. Benavente anunciou que a bancada socialista vai apresentar, em breve, um projecto de lei-quadro da qualidade educativa.

"Impõe-se dar um passo além da Lei de Bases do Sistema Educativo que organizou o sistema e definiu as suas funções e objectivos", explicou a deputada.



Segundo Ana Benavente, trata-se de estabelecer um quadro de referência e os instrumentos necessários à construção da qualidade educativa, desde o financiamento das escolas aos equipamentos, gestão e apoios necessários para que, com autonomia e responsabilidade, cada escola seja o centro da vida educativa.

A vitória da democracia

Entretanto, o PS, as associações de pais, de professores e outros partidos da oposição congratularam-se com a "vitória da democracia e da sociedade civil" que constituiu a retirada da Educação Moral e Religiosa das 25 horas lectivas do 1º ciclo do ensino básico.

Recorde-se que a polémica surgiu no início de

Setembro, quando o Ministério da Educação decidiu alterar o decreto-lei 6/2001, que estabelece a organização curricular do ensino básico, introduzindo à disciplina de educação moral e religiosa nas áreas curriculares disciplinares.

A decisão governamental foi imediatamente contestada pelo PS, pela Confederação Nacional de Associações de Pais e ainda por onze associações de professores.

Sexta-feira foi tornada pública a promulgação do documento pelo Presidente da República, mas com um aditamento à lei, ou seja, uma clarificação sobre a posição da Educação Moral e Religiosa no horário dos alunos da antiga escola primária.

Determina-se, assim, que a disciplina seja remetida para uma 26ª hora, ou seja, uma reclamação pelos deputados socialistas e restante oposição, pais e professores, que viram neste aditamento um recuo do ministro da Educação. Para Ana Benavente, que a 6 de Setembro requereu a apreciação parlamentar do decreto do Governo, o David Justino voltou atrás na sua intenção.

"Foi uma clara vitória da oposição e dos parceiros educativos", afirmou a ex-secretária de Estado da Educação, que no plenário parlamentar da passada quarta-feira, descreveu a medida anunciada pelo Governo como "lesiva da liberdade e da democracia".

"Mostra que temos que estar muito atentos à acção do Ministério da Educação, que só fala do que pode agradar ao senso comum e evita cuidadosamente o anúncio do que pode ser e é polémico e inaceitável", concluiu Ana Benavente.

M.R.

SOCIALISTAS PEDEM EXPLICAÇÕES SOBRE UTILIZAÇÃO DE MEIOS PÚBLICOS PARA FINS PARTIDÁRIOS

O dirigente do PS António Galamba entregou na Assembleia da República um requerimento a pedir explicações ao Governo sobre a eventual utilização de recursos públicos para fins pessoais ou partidários.

No primeiro dos dois casos levantados pelo deputado socialista, faz-se alusão a uma notícia do jornal "Público", com o título "Governo Civil de Leiria distribui livro contra o PS", lembrando que o Governo Civil de Leiria enviou às câmaras municipais do distrito um livro do secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro.

O livro de Feliciano Barreiras Duarte, com o título "Leiria - gigante económico, anão político, propostas para uma estratégia de desenvolvimento", reúne algumas das suas entrevistas, artigos de opinião, crónicas e diversas intervenções em debates.

António Galamba refere ainda que o prefácio do referido livro é da autoria do ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmiento, obra que diz ter vários textos destinados "à crítica ao anterior Governo socialista, tendo como especiais visados António Guterres, Ferro Rodrigues e João Cravinho, bem como outras figuras distritais do PS". No documento, o parlamentar do PS diz ainda



existir "outra situação lamentável" de utilização de meios públicos para fins pessoais e partidários por parte do secretário de Estado.

Citando uma reportagem publicada na revista "Focus", o deputado do PS quer esclarecimentos sobre a eventual utilização pelo secretário de

Estado de uma viatura oficial "nas deslocações de apresentação do referido livro".

No requerimento, António Galamba pede ainda esclarecimentos sobre rumores de que "os responsáveis do PSD e do CDS-PP do Porto se serviram de um organismo do Estado para divulgar convites à participação nas Jornadas de Saúde na Póvoa do Varzim", promovidas pelos dois partidos.

Essas jornadas terão contado com a presença do ministro da Saúde, Luís Filipe Pereira, e outros destacados dirigentes do PSD e do PP.

Ainda segundo António Galamba, o coordenador da sub-região de Saúde do Porto, Miguel Galagher, ter-se-á servido de um ofício, em papel timbrado da Administração Regional de Saúde do Norte, para convidar os directores dos centros de saúde e demais profissionais a estarem presentes na iniciativa.

Atento, como sempre, António Galamba não deixou passar em branco a informação de que os deputados do PSD tiveram prévio conhecimento do PIDDAC, o que o levou a entregar outro requerimento na Assembleia da República a pedir esclarecimentos ao Governo.

O deputado socialista refere que a Comunicação Social noticiou na semana passada declarações do deputado do PSD Paulo Baptista Santos sobre a aplicação das verbas do PIDDAC, por parte do Ministério da Cultura.

Segundo o parlamentar socialista, as Grandes Opções do Plano e o PIDDAC de 2003 só foram entregues esta semana no Parlamento.

Perante este cenário, António Galamba quer saber se "o Governo está em condições de garantir que o PIDDAC não foi distribuído ou dado a conhecer aos deputados do PSD"

NOVA LEI DE GESTÃO HOSPITALAR

SINDICATOS DESCONTENTES ANUNCIAM GREVE GERAL

Depois da oposição ter voltado a contestar a nova lei de gestão hospitalar, o Sindicato dos Enfermeiros de Portugal (SEP) protestou contra a confirmação deste diploma governativo que acabou por passar em votação final e global na Assembleia da República.

Ao plenário parlamentar deslocaram-se, quinta-feira, um grupo de membros da SEP, vestindo camisolas brancas com grandes faixas negras.

Os sindicalistas manifestaram o seu desacordo com as medidas que o Executivo anunciou para os hospitais abandonando em silêncio as galerias do homicídio de São Bento que ocuparam durante o debate.

Recorde-se que a proposta do Governo sobre a gestão hospitalar foi aprovada com os votos do PSD e CDS-PP, merecendo a oposição do PS, PCP, Bloco de Esquerda e Partido Ecologista "Os Verdes".

Entretanto, a Plataforma dos Sindicatos da Saúde anunciou a realização de uma greve geral no sector da saúde na segunda quinzena deste mês.

Segundo a plataforma, esta acção deverá ser acompanhada por outras iniciativas, pois o objectivo é pôr em marcha um pacote de medidas que visam contestar a nova lei e, por acréscimo, as sociedades anónimas para estabelecimentos de saúde, contratos laborais, aumentos salariais e formação.

M.R.

ALCINO REGO

SECÇÕES DE RESIDÊNCIA SÃO INDISPENSÁVEIS

Desde os “tempos difíceis” da CEUD até hoje, Alcino Rego, um já histórico militante de base do PS, tem um longo percurso de activista político, tendo estado presente em todas as batalhas travadas pelo partido, desde a luta contra o gonzálvismo até à oposição ao actual Governo, que acusa de ter sido eleito com base numa “fraude eleitoral” e de estar a lançar o País numa “crise económica”. Membro do Secretariado da Secção da Penha de França, este camarada lembra com um indisfarçável orgulho que em 1974 ajudou a montar com meia dúzia de militantes algumas secções da Margem Sul, estruturas que considera “fundamentais para o trabalho local do partido”.



Inscreevou-se logo no PS em 1974, mas a sua militância política vem dos tempos da CEUD, em 1969, em pleno marcelismo, tendo assistido a algumas sessões de esclarecimento e participado na distribuição de panfletos, “sempre em condições muito difíceis”.

Após o 25 de Abril, “logicamente aderi ao PS, uma vez que as minhas ideias socialistas já vinham da CEUD”, explica Alcino Rego, acrescentando que desde então «sempre procurei ser um militante cumpridor das minhas obrigações, dando o meu melhor na medida das minhas possibilidades, sem nunca procurar nada em troca».

«Ajudei a montar em 1974 com meia dúzia de militantes, entre os quais os camaradas Carlos Borges e Ricardo Almeida, as secções de Almada, Cacilhas e Laranjeiro», afirma, acrescentando que em pleno PREC, na Margem Sul, zona de domínio comunista, “a luta contra o PCP foi feita em condições muito difíceis e de grande coragem”.

“Num comício do PS junto ao Tribunal de Almada, houve uma situação complicada quando o PCP tentou boicotar o comício, nomeadamente a intervenção de Marcelo Curto, que tivemos de proteger”, lembra.

Por outro lado, no célebre comício da Alameda, que considera “um momento inesquecível e decisivo na luta contra o gonzálvismo”, este militante histórico recorda que “tivemos grandes problemas para passar a ponte sobre o Tejo devido às barricadas feitas por militantes do PCP”.

Alcino Rego refere ainda que na Secção de Cacilhas, estrutura onde militava, “trabalhámos arduamente apoiando a criação dos núcleos da

Parry e Son, Setenave e Lisnave”, acrescentando que mais tarde fez parte do núcleo da Timex, empresa onde trabalhava e que na altura tinha cerca de 2000 funcionários.

Militante empenhado, Alcino Rego seguiu com particular atenção a acção dos governos do PS, destacando como pontos mais positivos a Lei de Bases de Segurança Social, as políticas de

emprego, a construção de infra-estruturas, em particular nas regiões menos desenvolvidas, enquanto como pontos mais negativos aponta o recuo na reforma fiscal e o não se ter combatido alguns “lobbies” instalados.

“Ferro, Cravinho, Pedroso, Gama, Sócrates, Capoulas, Coelho e Gago foram excelentes ministros que deixaram obra e uma marca”, acrescenta.

Por outro lado, manifesta-se contra a demissão de António Guterres, que considera um “erro político”, e enaltece a coragem de Ferro Rodrigues em assumir a liderança “num momento muito difícil, em que foi o único a dar a cara, conseguindo mobilizar e unir o partido”. Do próximo Congresso espera que “o PS saia mais fortalecido para fazer uma oposição ainda mais tenaz a este Governo, eleito com base numa fraude eleitoral e que está a lançar o país numa grave crise económica”.

Alcino Rego defende ainda a limitação de mandatos para os órgãos dirigentes e autarcas do PS, a renovação dos quadros e a manutenção das secções de residência como “estruturas fundamentais do partido”. É que, sublinha, “ao contrário do que alguns intelectuais pensam, as secções de residência são indispensáveis para o trabalho local do partido, em particular nas campanhas, uma vez que não é só com as cúpulas que se travam as grandes batalhas”.

J. C. CASTELO BRANCO



PREFERÊNCIAS

Político nacional
Mário Soares

Política estrangeira
François Mitterrand

Acontecimento internacional
Atentados de 11 de Setembro

Escritor
Camilo Castelo Branco

Livro
“Freira no subterrâneo”, de Camilo Castelo Branco

Filme
“Música no coração”

Músico
Roberto Carlos

EXONERAÇÕES NA SEGURANÇA SOCIAL

PS DENUNCIA SANEAMENTOS POLÍTICOS

O PS não tem dúvidas de que na base das exonerações de todos os 18 directores dos centros distritais da Segurança Social estiveram somente "razões políticas". O ex-secretário de Estado da Segurança Social do Governo PS, Vieira da Silva, refutou as razões invocadas pelo Governo para demitir aqueles dirigentes, sublinhando que "não foi posta em causa a idoneidade, o seu trabalho, nem qualquer falta de confiança". "O processo estranho destas exonerações revela que os dirigentes foram afastados por razões meramente políticas", disse o deputado socialista, acrescentando que o PS vai aguardar pela decisão do Tribunal Administrativo para tomar nova posição sobre este assunto.

Por sua vez, João Pedroso, ex-adjunto de António Guterres e fundador do Instituto de Solidariedade e Segurança Social (ISSS), considera que os despachos de exoneração são nulos por falta de atribuições legais da Secretaria de Estado nesta matéria. Este jurista, a quem caberá a defesa dos 18 directores que vão contestar as suas demissões junto do Tribunal Administrativo, explica, com base na Constituição, no Código de Processo Administrativo e nos estatutos do ISSS, que os directores distritais "não são dirigentes da administração directa ou central do Estado, mas dirigentes de um instituto público em que os membros do conselho directivo são equiparados a gestores públicos". Por isso,

sustenta, a sua exoneração "tem de ser feita à luz dos estatutos do ISSS".

Inspector-geral do Trabalho demite-se

Depois de Maria José Morgado se ter demitido da PJ, uma nova demissão de um alto quadro da Administração Pública está a causar polémica. Alegadamente por motivos pessoais, Inácio Mota da Silva, inspector-geral do Trabalho, pediu a sua demissão, facto a que não será alheio o descontentamento com o tipo de nomeações que o Governo tem feito para a administração do Trabalho, que mostrar uma mudança de critérios no perfil dos dirigentes.

Nomeado em 1996, pela então ministra do Trabalho, Maria João Rodrigues, Inácio Mota da Silva deixa uma marca indelével na Inspeção-Geral do Trabalho, empenhando-se na diminuição dos acidentes de trabalho e numa luta sem tréguas ao trabalho infantil, ao trabalho clandestino, fosse através de recibos verdes, de horas extraordinárias não pagas, sobretudo no sector bancário, ou com recurso a imigrantes clandestinos. Não se coibindo a apontar o dedo a grandes empresas públicas e privadas, onde foram detectadas irregularidades através de inspecções transversais e multidisciplinares, Inácio Mota da Silva tinha como matriz da sua intervenção a ideia de que as empresas têm uma dimensão social que não se limita ao lucro e à produtividade. J. C. C. B.

REDE FERROVIÁRIA

MAIS 135 QUILOMETROS DE VIA ELECTRIFICADA

O Governo de direita inaugurou mais uma obra socialista com entrada em funcionamento dos 135 quilómetros de linhas electrificadas que beneficiam, desde o passado fim-de-semana, a rede ferroviária entre Águas de Moura, na linha do Sul, e o porto de Sines, no ramal com o mesmo nome. Entretanto, segunda-feira, a CP estreou a tracção eléctrica na totalidade do percurso entre Sines e a central do Pego (Abrantes) no transporte de carvão. Uma ou duas locomotivas eléctricas substituirão as pesadas máquinas a diesel (por vezes em número de três por composição para poderem vencer algumas rampas) com evidentes benefícios em termos económicos e ambientais. Segundo a CP, em tracção eléctrica, cada tonelada/quilómetro transportada sai 40 por



cento mais barata. Esta electrificação está integrada na modernização da ligação Lisboa-Algarve e permite que sejam atingidas velocidades entre 180 e 220 quilómetros por hora por comboios pendulares em 70 por cento do trajecto entre Pinhal Novo e Ermidas-Sado. A CP, porém, não vai já tirar partido disso uma vez que a modernização ainda não está concluída até Faro, o que deverá acontecer no próximo ano. Nessa altura, a viagem entre Lisboa e o Algarve passará das actuais quatro horas e trinta minutos para duas horas e quarenta e cinco minutos. Recorde-se que 50 dos 135 quilómetros agora abertos à tracção eléctrica já tinham a electrificação terminada há dois anos, durante a governação do PS. A modernização ferroviária a Sul arrancou em 1998 e já custou 150 milhões de euros, cofinanciados em 80 por cento por fundos comunitários. Foi feita a renovação integral da via, construídos 30 quilómetros de variantes, substituídas pontes metálicas por estruturas em betão, renovadas estações e construídas 16 passagens desniveladas, tendo sido suprimidas outras 60.

CASINO NO PARQUE MAYER

CARRILHO DEFENDE REFERENDO MUNICIPAL

Manuel Maria Carrilho defendeu a realização de um referendo municipal em Lisboa sobre a construção de um casino no Parque Mayer. Num artigo de opinião publicado no "Expresso", o deputado socialista considera que "o projecto não pode avançar sem um alargado debate público - talvez mesmo o referendo municipal - que meça bem os riscos de Lisboa hipotecar as suas ambições cosmopolitas com precipitadas soluções terceiro-mundistas". "É certo que o Parque Mayer nunca mais recuperou desde que, em 1991, Santana Lopes, então pouco sensível à já óbvia crise da revista, a transferiu durante mais de um ano e em

condições completamente excepcionais para o Teatro Nacional D. Maria II, como então foi sublinhado por vários empresários do Parque", escreve Carrilho, sustentando no entanto que "não será recorrendo a uma "economia de casino" que se resolverão os problemas de Lisboa que, neste caso, requerem uma exigente requalificação do espaço urbano, com mais, melhores e mais diversificados equipamentos culturais que, ao contrário do que está a acontecer, enriqueçam a oferta cultural da capital". Sobre este assunto, o secretário-geral do PS reconheceu que "o estado actual do Parque

Mayer não corresponde minimamente aos interesses da cidade de Lisboa". No entanto, Ferro Rodrigues advertiu ser necessário "muito cuidado com a estratégia de abrir casinos para permitir ao Estado contrapartidas financeiras e, por essa via, resolver problemas urbanísticos". "A solução do jogo tem que ser muito bem pensada. Não quero que o País se transforme numa economia de casino", avisou o líder socialista, antes de considerar que "seria lamentável" se os poderes públicos comessem a resolver os seus problemas construindo casinos".

BRAGANÇA

PROMESSAS DE DURÃO BARROSO DESILUEM CONGRESSISTAS

A intervenção de Durão Barroso no III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro ficou marcada pela desilusão e falta de clareza nas promessas anunciadas. O primeiro-ministro anunciou que o investimento nos próximos cinco anos na rede de água e saneamento vai ser de 325 milhões de euros, o que acaba por não ser novidade, uma vez que o ex-ministro do Ambiente José Sócrates já o tinha feito. Em relação ao montante do PIDDC do próximo ano para a região de Trás-os-Montes, de 51,4 milhões de euros, o que, a ser verdade, significa um recuo nos investimentos, porque só o distrito de Bragança tem inscritos para este ano cerca de 130 milhões de euros.

A anunciada instalação do ensino universitário em Bragança acabou por ser a maior desilusão para os congressistas, uma vez, que nem o próprio Durão Barroso parece saber do que se trata. Quando questionado, não soube esclarecer as dúvidas, dizendo tratar-se de um projecto em estudo.

O que os nordestinos esperavam do chefe do Executivo da coligação da direita era o cumprimento das promessas feitas durante a campanha eleitoral. O secretário de Estado da Administração Local contribuiu com mais uma razão para os nordestinos ficarem descontentes com o actual Executivo, ao tornar pública a recusa da criação de uma nova comissão de coordenação regional para a área de Trás-os-Montes e Alto Douro com as mesmas características das cinco comissões actualmente existentes.

MADEIRA

SOCIALISTAS EXIGEM EXPLICAÇÕES SOBRE VERBAS DESTINADAS ÀS FARMÁCIAS



O Partido Socialista vai pedir a presença do Executivo de Alberto João Jardim na Assembleia Legislativa Regional para esclarecer o destino dado às verbas recebidas do Estado para regularizar encargos assumidos, mas não pagos, no sector da saúde. Em causa poderá estar também um empréstimo contraído pela região autónoma com a mesma finalidade.

Em Novembro de 2001, o Governo da Madeira prometeu, perante a Assembleia Regional, pagar os 12 milhões de contos da dívida no sector da saúde. Com o mesmo fim, o Estado havia transferido para a região idêntico montante, num acordo celebrado com António Guterres para viabilizar a rectificação do orçamento rectificativo.

Interpelado então por deputados da oposição, o Governo regional confirmou que, através do primeiro orçamento rectificativo para 2001, o Executivo de Guterres obtivera a autorização da Assembleia da República para assumir um empréstimo de 12 milhões de contos para as regiões autónomas, destinado a saldar a dívida no sector da saúde.

Depois de várias contradições vindas a público sobre o destino das verbas em questão, o deputado socialista Martins Júnior quer saber como foi gasto esse dinheiro.

O parlamentar do PS lembrou a solidariedade do anterior Executivo socialista para com as regiões autónomas, ao atribuir a cada uma idêntico montante para pagarem as respectivas dívidas da saúde. No caso da Madeira, há fundadas dúvidas que "nos conduzem a concluir, que houve uma situação de apropriação eleitoralista" do dinheiro destinado às farmácias.

Os socialistas salientam que "é muito mais fácil em tempo de campanha eleitoral, fazer comícios e inaugurações do que pagar os medicamentos adquiridos pelos utentes com a comparticipação estatal". Martins Júnior acrescenta, por isso, que o Governo "não é pessoa de bem", porque, e, frisou, "comprometeu-se e não pagou o que devia às farmácias".

GOVERNO QUESTIONADO SOBRE O USO DO RÓTULO MATEUS

O deputado socialista Ascenso Simões entregou um requerimento na Assembleia da República dirigido ao Governo a solicitar esclarecimentos sobre o uso pela Sogrape do rótulo dos vinhos Mateus para comercializar vinhos das beiras.

Ascenso Simões quer saber se o ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas tem ou não conhecimento desta situação e se concorda com a intervenção do Instituto do Vinho e da Vinha no sentido de garantir um comportamento, por parte da SOGRAPE, que não cause prejuízos à região dos vinhos Mateus.

Para o deputado socialista, é ainda importante saber se o ministro da Economia concorda que "a internacionalização da economia portuguesa se faça com comportamentos incorrectos como o que se verifica com o Mateus que incorpora vinho regional das beiras".

Por último, Ascenso Simões, dirige-se também ao ministro Adjunto do primeiro-ministro, que detém a área da defesa do consumidor, para saber o porquê do silêncio do seu ministério relativamente a esta questão.

LEIRIA

CONCELHIA PEDE AUDITORIA AMBIENTAL

O PS/Leiria defende a realização de uma auditoria ambiental que identifique as fontes poluidoras do rio Lis, no prazo máximo de três meses, segundo uma proposta do presidente da Concelhia socialista Luís Pinto, apresentada na última assembleia municipal.

Luís Pinto, ao contrário do Executivo camarário do PSD, acredita ser possível encontrar os responsáveis pela contaminação do rio com matéria orgânica, aos quais exige a instauração de processos cíveis e criminais.

Para o líder da Concelhia socialista, a presidente da autarquia "devia ter apresentado um pedido de desculpas à população de Cruz da Areia, Pousos e Telheiro, afectadas pela interrupção do abastecimento de água". Além disso, Luís Pinto propôs que se realizasse uma auditoria, destinada a apurar os prejuízos causados pela falta de água, nomeadamente em receitas não arrecadadas, despesas extra e em indemnizações que possam vir a ser pedidas devido ao corte do fornecimento de água durante vários dias.

AUTARCAS DO PS CONTRA ALTERAÇÃO DAS CCR'S



O secretário nacional do PS para as Autarquias, José Sócrates, considerou "errada e absurda" a proposta do Governo para a transferência de 11 concelhos da Região de Lisboa e Vale do Tejo para a Região Alentejo.

José Sócrates, que falava durante a reunião dos 21 presidentes das Câmaras Municipais do Alentejo eleitos pelo PS, em que participaram também os deputados Miranda Calha e Capoulas dos Santos, referiu que o Executivo com esta medida "pretende responder, com um certo expediente, às necessidades que alguns concelhos têm de se candidatar a fundos comunitários".

Uma solução que Sócrates considerou "errada", sublinhando que, para resolver com rapidez a questão o Executivo de Durão Barroso "põe em causa a consciência regional, as unidades de planeamento regionais e todo o trabalho de conjunto".

"O Ribatejo e o Alentejo é que ficaram prejudicados", disse, classificando ainda esta transferência de municípios como "uma medida absurda".

Também a Federação do PS/Portalegre manifestou o seu desacordo quanto à alteração da CCR Alentejo, com a introdução de concelhos dos distritos de Santarém e Lisboa.

Em comunicado, a Federação considera que "deverá ser equacionada a criação de uma unidade própria, envolvendo Ribatejo e Oeste, que permita a estas regiões beneficiar plenamente dos fundos comunitários e preservar os valores culturais e socioeconómicos do Alentejo e das outras regiões".

PORTAS: UMA RELAÇÃO ANÓMALA COM O PARLAMENTO



VITALINO CANAS

A maioria do PSD e do CDS/PP rejeitou um requerimento do PS no sentido de o ministro de Estado e da Defesa, Paulo Portas, se deslocar à Comissão de Defesa Nacional para, entre outros aspectos, explicar quais são os *lobbies* que procuram influenciar as suas decisões, de que forma actuam, o que pretendem, quem são os seus rostos e que tipo de ameaça representam.

Recordemos os factos.

Em mais do que uma ocasião, designadamente numa entrevista à TVI, Paulo Portas deixou a ideia de que parte das dificuldades que está a sentir por causa do caso da Moderna se deve ao facto de algumas das suas decisões sobre contratos na área da Defesa estarem a mexer em interesses instalados. Dizia nessa entrevista o ministro da Defesa Nacional: "O dr. Santana Lopes disse outro dia na RTP, que eu quero agradecer-lhe ele ter dito, foi de uma enorme dignidade, que o dr. Paulo Portas foi avisado do que aí vinha, fui avisado quando tomei certas decisões no Ministério da Defesa, certas decisões de transparência em relação a concursos, de não deixar que os interesses do Estado português sejam lesados."

Por outro lado, pessoas que lhe estão muito próximas fizeram afirmações que vão no mesmo sentido. António Pires de Lima, num artigo de opinião publicado no "Diário Económico", alude aos *lobbies* que "reagem mal quando incomodados". Luís Nobre Guedes fez afirmações de teor coincidente, tal como outros responsáveis do CDS/PP.

Como se dizia no requerimento do PS, "estas intervenções públicas criam um clima de suspeição e de intranquilidade que deve ser imediatamente superado através do esclarecimento total e definitivo de quais são os *lobbies* que, no entender dessas personalidades, se têm movimentado". E acrescentava-se: "Se se confirmasse a situação apontada pelo ministro da Defesa e pelos dirigentes do PP, estaríamos perante uma grave ameaça do Estado de Direito (...), cabendo ao ministro da Defesa indicar quais as medidas que já adoptou para fazer cessar a actividade ilegítima de tais *lobbies*".

O ministro mandou dizer que não queria comparecer na Comissão. A maioria que o apoia anuiu e cumpriu. Deste modo gera-se uma relação totalmente anómala do ministro com a Comissão e, em última análise, com a própria AR. Uma relação anómala cuja única responsabilidade cabe ao ministro e só ao ministro, na medida em que mostra que só quer vir ao Parlamento quando isso lhe convém, quando pode servir-se deste para "fazer

A recusa de explicar as pressões dos lobbies é o mais recente episódio. O Ministro mostra pouco respeito para com a AR. A Comissão de Defesa e a AR são por ele utilizados como meros instrumentos de afirmação política e não como órgãos perante os quais responde e tem o dever de comparecer. O Ministro vem quando quer, e não quando é solicitado.

um número" e não quando o dever o chama. A ideia de sentido de Estado e de respeito pelas instituições esboroou-se em meia dúzia de gestos. Vejamos mais alguns factos.

Logo no início do seu mandato, com alguma ligeireza, o ministro da Defesa deu a entender que se a decisão tivesse sido sua e não do Governo socialista, teria optado pela aquisição de alguns submarinos ingleses em segunda mão, em vez de adquirir submarinos novos. Estas declarações causaram estranheza. Acto contínuo, o PS pediu a comparencia do ministro na Comissão de Defesa. Não demorou mais que dois dias a resposta de Portas: viria na semana seguinte. Entretanto, os jornais publicaram notícias sobre algo que toda a gente já sabia, excepto o ministro da Defesa Nacional: os tais submarinos usados estão encostados em docas inglesas e canadianas, com problemas graves. A sua aquisição pelo Estado português teria sido errada. Perante isto, o ministro deixou de estar disponível para a semana seguinte e só veio passadas semanas. Veio com pressa e saiu a correr por motivos de agenda, sem responder a parte das questões. Combinou-se que voltaria mais tarde. Até hoje...

Outros factos. Em Agosto subscrevi um requerimento solicitando um conjunto de informações sobre a rescisão do contrato de aquisição de alguns helicópteros EC 635 à Eurocopter. Pretendia simplesmente que me fosse facultado o contrato inicial e a troca de correspondência entre o ministro e a Eurocopter. Mesmo sem ver o requerimento que lhe enderecei (que confessou só ter visto muitos dias depois) anunciou, no próprio dia em que fiz o requerimento, que viria à Comissão de Defesa prestar esclarecimentos. Ninguém tinha (ainda...) suscitado dúvidas sobre a decisão do ministro de rescindir o contrato com a Eurocopter, nem tão-pouco solicitado a sua presença na Comissão. Mas Paulo Portas viu aí uma janela de oportunidade para repetir à exaustão os seus argumentos sobre a decisão que tomara. Assim fez: de relevante, nada disse que não se soubesse já pela Comunicação Social. Entretanto, não autorizou que houvesse perguntas sobre outros temas, apesar da proposta do PS nesse sentido. E até hoje está em falta com a informação que eu lhe solicitei. Disse o queria e escusou-se ao que lhe foi solicitado.

A recusa de explicar as pressões dos *lobbies* é o mais recente episódio. O ministro mostra pouco respeito para com a AR. A Comissão de Defesa e a AR são por ele utilizados como meros instrumentos de afirmação política e não como órgãos perante os quais responde e tem o dever de comparecer. O ministro vem quando quer, e não quando é solicitado.

Esta recusa do ministro em comparecer na Comissão mostra que temos um ministro da Defesa receoso do debate político, eventualmente com alguma coisa a esconder. Mostra um ministro que não é capaz de assumir frontalmente as suas posições perante quem o poderia contraditar. Mostra um ministro frágil, que se refugia na maioria que o sustenta e que está nas suas mãos. Mostra um ministro em permanente fuga para a frente. Mostra um ministro sem condições para continuar a exercer funções de Estado na Defesa, onde é necessário um ministro forte, prestigiado, capaz de fomentar os consensos que a modernização das Forças Armadas requerem e com poder negocial em todos os sectores, incluindo dentro do Governo, para obter os meios de que aquelas necessitam. Um ministro que ficou refém do primeiro-ministro e do PSD vê a sua margem de influência reduzida ao mínimo. Veremos se isso já tem alguma expressão no Orçamento de Estado para 2003...



A União Europeia e os seus Estados-membros devem mobilizar-se para travar os esforços dos Estados Unidos no sentido de esvaziarem de legitimidade o Tribunal Penal Internacional, considerou no plenário de Estrasburgo o eurodeputado Sérgio Sousa Pinto. Entretanto, já esta semana, a União Europeia acabou mesmo por assinar um acordo com os Estados Unidos, segundo o qual os Estados-membros poderão, se assim o entenderem, assinar acordos bilaterais que dão uma imunidade relativa aos cidadãos norte-americanos.

Para Sérgio Sousa Pinto, a deslegitimação do TPI decorre dos esforços que os Estados Unidos têm vindo a fazer para, por via de acordos bilaterais ilegais, adquirirem para eles próprios um estatuto privilegiado de imunidade.

“O primado do Direito na Ordem Internacional permanecerá uma ficção piedosa se a única superpotência existente recusar submeter-se à jurisdição das instituições a quem incumbe zelar pela aplicação do direito internacional”, considerou o eurodeputado, para quem o TPI representa “um avanço de civilização”.

Para Sérgio Sousa Pinto, aquela recusa “constituiria um grave retrocesso, pois representa um péssimo sinal enviado à comunidade mundial”, significando “a irremediável fraqueza dos princípios e da força persistente do cinismo nas relações internacionais”.

A assinatura do acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos levantou um coro de críticas por toda a Europa e também em Portugal. O Partido Socialista, pela voz de Vitalino Canas, considerou o “compromisso inaceitável”, por

SÉRGIO SOUSA PINTO

UNIÃO DEVE MOBILIZAR-SE CONTRA DESLEGITIMAÇÃO DO TPI



significar o reconhecimento de que existe uma potência mundial, os Estados Unidos, que está acima da lei”. O PS e os outros partidos da oposição querem que o ministro dos Negócios Estrangeiros vá ao Parlamento explicar as consequências da assinatura deste acordo, que inclusivamente pode não estar em

conformidade com a Constituição da República.

IVA para agências de viagens e América Latina

O relatório de Helena Torres Marques sobre o IVA aplicável às agências de viagens, no

sentido da sua actualização e aperfeiçoamento do regime especial, foi aprovado no plenário de Estrasburgo. A uniformização das regras de cobrança daquele imposto e a sua adaptação à evolução entretanto registada no sector, foram algumas das inovações introduzidas no relatório da eurodeputada.

Por outro lado, o eurodeputado Luís Marinho, membro da Delegação das Relações com a América do Sul e o MERCOSUR, considerou, numa discussão em plenário sobre o Mercosul, que a União Europeia se tem “esquecido de forma irresponsável” da situação da América Latina, na sequência da crise Argentina e das suas consequências para os países vizinhos.

“Há que dar coerência ao conjunto de meios com que a Europa pode actuar, desde a superação das divergências no seio do Conselho e intervenção eficaz no quadro do FMI, até às possibilidades abertas pelos nossos mecanismos preferenciais de comércio para ajudar a encontrar uma saída para a região”, considerou.

VITORINO DISCUTE IDENTIDADE EUROPEIA DE DEFESA

Uma identidade europeia de defesa deve responder, pelo menos, a três requisitos, considerou o comissário europeu António Vitorino, que participou em Lisboa num debate sobre a afirmação externa da União Europeia, no VIII Encontro Internacional Eurodefesa, que contou também com a presença de várias individualidades europeias e nacionais.

Assim, a União Europeia deve evitar os riscos de construir uma estrutura que seja vista como complementar da NATO; deve assumir e revelar as deficiências e lacunas do complexo europeu de defesa e de segurança; e apresentar um conceito estratégico claro para a identidade europeia de defesa e segurança.

No entanto, para António Vitorino, “o principal dilema que a Europa tem hoje é o de saber se está disposta a assumir a sua quota parte na construção da paz e da estabilidade, bem como no combate às ameaças que se lhe colocam”.

GEOMETRIA VARIÁVEL PREJUDICA COOPERAÇÃO JUDICIAL NA EUROPA

A geometria variável em diferentes Estados-membros da União Europeia em matéria de vistos, asilo e emigração prejudicam a homogeneidade e eficácia da cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos, considerou o eurodeputado Luís Marinho, numa mesa redonda a que presidiu, em Bruxelas, sobre “A promoção da justiça e dos direitos individuais no seio do espaço judiciário europeu”.

Dirigindo-se a uma plateia composta por representantes da sociedade civil, o eurodeputado afirmou que a cooperação no âmbito do 3º pilar se converteu numa fronteira para a União Europeia, na medida em que, apesar de terem sido eliminados os controlos internos e criado o mercado comum, “outras barreiras se mantêm, de natureza jurídica, que são formas de iludir a justiça civil e penal na Europa”.

Para eliminar aquelas barreiras ainda existentes, defendeu um conjunto de reformas para que a União Europeia possa dar uma resposta comum às preocupações dos cidadãos.

INTERNACIONAL SOCIALISTA

FERRO RODRIGUES APOIA RECANDIDATURA DE GUTERRES

O Partido Socialista tudo fará para que António Guterres seja reeleito por mais três anos presidente da Internacional Socialista (IS), garantiu Ferro Rodrigues.

Embora tratando-se de uma decisão que cabe, em primeiro lugar, ao ex-primeiro-ministro, o presidium da Internacional Socialista é favorável à continuação de António Guterres à frente dos destinos daquela que é a maior organização política do mundo, estando assim reunidas as condições para a efectivação da recandidatura.

Neste sentido, Ferro Rodrigues considerou que, existindo “um amplo consenso no presidium da IS para que António Guterres continue à frente da Internacional, então o partido tudo deverá fazer para que isso aconteça”.

A liderança da Internacional Socialista só ficará definitivamente decidida no próximo Congresso da organização, que se realizará na Primavera de 2003, em princípio em Moscovo.



OS SOBREVIVENTES



FILIPE NUNES

Em 1998, tínhamos uma esmagadora maioria de governos socialistas na União Europeia. Hoje, passados quatro anos, temos uma pequena maioria conservadora, na qual participam a França e Portugal. Perante isto, a direita fala de “naufrágio da esquerda” e alguma esquerda diz que a culpa do naufrágio é da chamada “terceira via”, para ela, sinónimo de “uma esquerda que governou à direita”. Por vezes, confundimos desejos com realidades. A verdade é que o centro-esquerda ganhou importantes eleições no Reino Unido, na Suécia e na Alemanha, e provavelmente vai ganhar também na Áustria. Curiosamente, entre os sobreviventes do “naufrágio” estão os dois homens que foram mais atacados pela nossa “rive gauche”: os antigos “líderes de plástico” Tony Blair e Gerhard Schroeder - que, numa relação descomplexada com a comunicação social e com a economia de mercado, têm defendido a “terceira via”, isto é, a necessidade de a esquerda democrática romper quer com o individualismo neoliberal, quer com o modelo estatista da velha social-democracia.

Schroeder, no entanto, qual treinador de futebol, passou de besta a bestial, apenas porque, durante a recente campanha eleitoral, seguiu, face à questão do Iraque, a cultura política pacifista que hoje domina a opinião pública alemã. O Governo de Blair, por seu lado, tem sido avaliado única e exclusivamente à luz da sua política externa, que, como é evidente, continua a ser orientada por razões de Estado ou interesses nacionais, e não tanto por valores ideológicos ou mesmo por uma ideia de Europa. No Reino Unido, como em toda a União Europeia. No fundo, nas relações internacionais, a atitude de Schroeder é a atitude de um alemão; a posição de Blair é a posição de um inglês.

No entanto, o “novo trabalhismo” não é um mero grupo de fiéis de Blair, mas sim um projecto de centro-esquerda que conseguiu trazer para o Governo duas correntes que estiveram quase toda a segunda metade do século XX de costas voltadas e (por isso) na oposição: liberais sociais e trabalhistas. Partindo de uma herança neoliberal, ao fim de cinco anos, os resultados dos trabalhistas têm inegavelmente a marca da esquerda: procedeu-se a uma democratização do sistema político, estabeleceu-se um salário mínimo, apostou-se a sério na educação, investiu-se de novo no Serviço Nacional de Saúde e reduziu-se a criminalidade. Como disseram na campanha de 1997, foram “duros contra o crime e as causas do crime”. E tudo isto sem agravamento do défice orçamental.

O problema dos governos de Jospin e de Guterres não esteve, portanto, nas políticas da “terceira via” ou na falta delas. Aliás, hoje sabemos que muitas das alegadas diferenças ideológicas entre Blair e Jospin foram criadas artificialmente. Em Portugal, por exemplo, o balanço é positivo em muitas áreas e ficou uma cultura de governo que não podemos desprezar: no trabalho e solidariedade, na cultura, na educação, na ciência e tecnologia, na justiça ou no ambiente, por exemplo. E se houve líder socialista que se destacou pela modernização do discurso e pela visão europeia foi António Guterres.

O Partido Socialista deve aproveitar a oportunidade que surge no próximo congresso de Novembro para repensar o seu discurso ideológico, a sua estratégia política e a sua articulação com a sociedade.

O problema esteve, muitas vezes, na política. Em França, a coligação “esquerda plural” só sabia falar para as elites e transformou-se rapidamente numa pluralidade de coligações de esquerda, o que conduziu naturalmente o senhor Le Pen à segunda volta das presidenciais. Em Portugal, o Governo socialista cometeu desnecessários erros de gestão política, que levaram a derrotas iminentemente políticas (e não tanto por causa da conjuntura económica): a posição equívoca no referendo do aborto, a forma como surgiu o referendo da regionalização, a morte súbita dos Estados Gerais, uma percepção tardia da necessidade de uma maioria absoluta, o “orçamento limiano” e, por fim, a polémica da taxa de alcoolemia.

Partindo deste diagnóstico, e sem esquecer o seu papel liderante na oposição, o Partido Socialista deve aproveitar a oportunidade que surge no próximo congresso de Novembro para repensar o seu discurso ideológico, a sua estratégia política e a sua articulação com a sociedade. Há quem diga que rever a declaração de princípios é “uma perda de tempo” ou um perigoso “desvio de direita”: afinal de contas, sempre é mais prático escondê-la na gaveta... Há quem confunda uma declaração de princípios com um (necessário e posterior) programa de legislatura. Há até quem lembre que “foi com estes estatutos que ganhámos muitas eleições”. Tudo isto é compreensível: o debate entre diferentes sensibilidades ou, simplificando, entre “renovadores” e “ortodoxos”, não é um exclusivo do PCP: é comum a quase todos os partidos. E nos partidos democráticos, como o PS, os debates resolvem-se pelo confronto democrático dos argumentos. É também para isso que servem os congressos.

Mas voltando precisamente aos argumentos, convém contrariar esta tentação conformista em que as organizações partidárias se deixam, por vezes, cair - mesmo as reformistas como o PS. De facto, é tentador não fazer nada internamente, esquecer que a estrutura social mudou, que emergiram novos valores e movimentos políticos, ou que o PS representa hoje quase 40 por cento dos portugueses, e não apenas os 20 por cento da segunda metade da década de 80. É tentador ignorar a crescente desconfiança dos cidadãos face às instituições democráticas e esperar que o dr. Portas e o seu Governo caiam de podres, não abrindo a nossa organização à participação da sociedade civil. É a chamada tentação suicida. O sistema político detesta o vazio e quando os partidos tradicionais não se realinham de acordo as exigências dos novos tempos, o eleitorado acaba por desalinhar o sistema partidário: é isso que explica o crescimento eleitoral de duas faces distintas da nova política: os “Verdes” e a direita populista. O (epi)fenómeno PRD demonstra bem que isto também pode acontecer entre nós.

Se não se renovar, com que credibilidade e em que condições chegará o PS ao encontro dos eleitores no final da legislatura? Importa, pois, adequar os nossos estatutos aos novos tempos: renovando protagonistas através da limitação de mandatos, encontrando novas formas de recrutamento democrático e qualificado de candidatos ou abrindo o partido a participações temáticas e eventuais. Devemos, também, actualizar a nossa declaração de princípios sem cometer o erro de fugirmos aos temas culturais e políticos que hoje mobilizam as pessoas: a vida familiar, o multiculturalismo, a identidade nacional, as inseguranças, a coesão social e ambiental, a participação nas decisões, a democratização da União Europeia ou a regulação da globalização.

Esta é uma renovação necessária que, no essencial, vai ao encontro daquilo que foi a história socialismo democrático no século passado: cem anos de revisionismo, na linha dos princípios básicos da “liberdade, igualdade e fraternidade”. Só assim se explica que os partidos socialistas tenham sobrevivido às dificuldades. Tal como Blair e Schroeder nas últimas eleições.



As decisões políticas referentes à suspensão ou revogação das orientações desenvolvimentistas do PS – denunciando um ímpeto retaliador absurdo – comprometeram prazos, prejudicaram as empresas e os seus trabalhadores, fomentaram desconfiança e diminuíram o factor de oportunidade desses projectos.

Em nome do desenvolvimento do nosso país, da melhoria das condições de vida dos portugueses, da sua tranquilidade, do seu bem-estar psicológico, da sua convergência real aos padrões europeus, da maturação democrática, da lisura política e da ética das responsabilidades nos cargos governativos, creio que nenhum de nós desejaria que os primeiros seis meses de mandato PSD/PP tivessem decorrido como, lamentavelmente, decorreram. Perdemos todos. Perdeu Portugal.

As decisões políticas referentes à suspensão ou revogação das orientações desenvolvimentistas do PS – denunciando um ímpeto retaliador absurdo – comprometeram prazos, prejudicaram as empresas e os seus trabalhadores, fomentaram desconfiança e diminuíram o factor de oportunidade desses projectos. Lembro apenas o que aconteceu com o novo Aeroporto Internacional de Lisboa na Óta, o projecto do TGV, a 3ª Ponte sobre o Tejo (esta parecendo mesmo condenada pela direita).

As hesitações e inabilidade políticas do PSD/PP criaram uma atmosfera social e económica pouco ou nada propícia à criação de emprego, ao investimento privado produtivo (as vendas de cimento decaíram brutalmente, a par do ferro, do vidro, etc., etc.), cujos resultados aí estão: mais desemprego, quebra de confiança dos agentes económicos a bater recordes históricos.

A *intranquilidade* gerada em torno dos funcionários públicos, o cerceamento do crédito bonificado aos jovens, o anátema lançado aos gestores e aos trabalhadores das empresas públicas, as (in)decisões e atapalhações na condução dos interesses do Estado, registadas nos últimos seis meses, deixaram os eleitores perplexos (vejam-se as sondagens) e a generalidade dos portugueses com fundamentadas preocupações perante o seu presente e diante de um futuro (agora mais incerto). Pense-se como irão viver as Universidades no corrente ano lectivo.

Olheamento deste Governo, perante os problemas diários, é gritante. Alguém teve conhecimento de uma reacção política e de uma orientação firme no combate ao crime económico da especulação denunciado nas estatísticas da Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência? Porventura o Governo explicou como vai combater a subida inusitada de alguns bens fundamentais, evitando que os consumidores (isto é, as famílias portuguesas) fiquem à mercê de gente sem escrúpulos? Claro que não. O que vale a subida dos preços do peixe, dos legumes, dos transportes, de tantas outras “miudezas” perante o reformismo

A direita vence quando junta o PSD ao PP. Alguma vez será essa realidade possível à esquerda? E será desejável? Que estratégia deverá ter o PS?

Uma opinião

Passei pela sede do PS, na Figueira da Foz, para pedir um exemplar do “Acção Socialista” (emprestaram-me um, apesar de ser o único). Tinha visto noutros que neste jornal seria publicada a nova Declaração de Princípios. Visto que nos pedem uma opinião...

A necessidade de princípios, para além dos programas.

A decisão de publicar uma declaração de princípios num partido com 29 anos pode não ser compreendida de uma forma clara. Não sei se, em 1973, foi redigida uma outra, se nos anos que passaram foram redigidas outras. Só sou militante desde Fevereiro de 2001 e sinto alguma falta de informação teórica no partido.

Uma nova formulação?

A verdade é que a evolução da vida política faz com que os partidos repensem as suas estratégias. Na Europa, depois de alguns anos em que a esquerda democrática esteve em quase todos os governos, os partidos mais à direita têm ganho posições. Esta situação que mostra um descontentamento geral face aos resultados alcançados pelos governos socialistas, social-democratas e trabalhistas. Em democracia a sabedoria do povo mostra o que de facto é, mesmo que se engane. Factores existem que fazem com que os eleitores se tenham afastado: da política em geral e dos partidos da esquerda democrática.

(A recente alteração do vector orientador dos resultados com as vitórias na Suécia e Alemanha talvez mostre uma tomada de consciência face ao que vinha acontecendo).

Á partida penso que a declaração de princípios deve ser curta e clara, adaptável a todas as eras da vida de um partido.

Não tendo uma visão crítica que me permita ver se algo foi esquecido, considero que a declaração de princípios se deveria reduzir retirando as explicações de cada ponto, isto é, as explicações apesar de fundamentais não são os princípios.

A introdução da história do partido no ponto 1 é importante, mas não devemos considerar que tem alguma importância para o “dia-a-dia”. As decisões dos eleitores não se baseiam em factos históricos, baseiam-se em propostas e resultados actuais (nossos e dos outros). A chamada dos históricos a eleições actuais não tem tido bons resultados.

O debate

A força do Partido Socialista é a sua abertura a novas ideias de todos os quadrantes. Aquilo a que se chama o diálogo. Esta força é também uma fraqueza uma vez que o diálogo entrava, por vezes, as decisões e quando se promete diálogo não se pode retirá-lo de acordo com outras necessidades.

A esquerda

Quem representa a esquerda em Portugal: o Partido Socialista + o Partido Comunista + o Bloco de

ABRIL- SETEMBRO DE 2002: TEMPO PERDIDO PARA OS PORTUGUESES

PAULO MACHADO

Militante 259888 - Secção de Alvalade

estrutural do PSD/PP? Mesmo que se trate de uma cortina de fumo para desbaratar o património do Estado Social e solidário (penso na reforma da Segurança Social) e precarizar o emprego, ou o património da promissora Sociedade da Informação (em que lástima se encontram os sites oficiais do Governo...), ou da política ambiental do PS (condenando a co-incineração... e o País a conviver com os resíduos por mais uns bons anos).

A substituição da iniciativa legislativa do Parlamento pelas autorizações concedidas pela maioria ao Governo, fazendo lembrar as legislaturas de 1987 a 1995, a precipitação em querer aprovar diplomas (muitos, muitos diplomas) levou outros órgãos de soberania a devolver algum expediente, criou situações de inconstitucionalidade em relação a matérias sensíveis (como no caso da lei da Imigração), enfim, *não ajudou muito a aprofundar serenamente a democracia portuguesa.*

O *autismo* de alguns governantes também não. Um Ministro considera que a casa da democracia pode ser substituída por um estúdio de televisão, dizendo-se ameaçado e perseguido por *lobbies*, que não denuncia nem pode identificar. Que *lobbies* são estranhos! Uma ministra diz que os pais eram pobres e que muito lutou para tirar o seu curso e fazer carreira, que veio cedo para Lisboa, que isto e aquilo, tudo para responder (?) a uma pergunta simples sobre eventuais pressões sobre ela exercidas em determinado contexto. Um outro ministro diz que “deve de haver” (sic) moralidade nas escolas portuguesas, e para tal aumenta o período anual de trabalho aos profissionais do pré-escolar – ainda que reconheça que pode “pagar o justo pelo pecador” (sic) – e para que nada fique ao acaso, dá séria machadada na laicidade do Estado, (re)introduzindo a Moral e a Religião. O primeiro-(dos)-ministro(s) remata que nada do que o PS (e demais oposição) clamam é importante. Aliás: é terrorismo (!) parlamentar.

Vamos esperar para ver o que nos reservam os próximos seis meses. O problema é que o País pode (des)esperar...

ESTÁ O PS PREPARADO?

PAULO OLIVEIRA DIAS

Esquerda + os Verdes + os pequenos? Ou todos separados? Em França os pequenos cresceram e afastaram Jospin.

A direita vence quando junta o PSD ao PP. Alguma vez será essa realidade possível à esquerda? E será desejável? Que estratégia deverá ter o PS?

A imagem

O Partido Socialista tem uma imagem actual de ineficácia. Baseada essencialmente num ponto: o rigor orçamental. Como será possível alterar uma imagem construída no poder estando na oposição? Juntando outra vez uns Estados Gerais para depois os esquecer? Ou construindo uma imagem de rigor na crítica às decisões e acções do Governo?

As dimensões da política

Autárquia – As batalhas das autarquias são as que contribuem para um maior envolvimento dos cidadãos. Nas autarquias poderão ser formados cada vez mais pontos de apoio para a política nacional.

Nacional – É mais confortável estar na oposição. Apesar de não ser para isso que existem os políticos. Para além do folclore mediático*, que conduzirá a uma remodelação do actual governo a prazo mais ou menos curto, as verdadeiras questões vão surgir muitas vezes.

Uma oposição competente e esclarecida contribuirá para o reforço da imagem do PS.

Europeia – Questões várias contribuem para que o sentimento europeu seja ainda vago e difuso. O ataque ao Iraque poderá ser uma próxima oportunidade para, sob liderança alemã, a Europa se afirmar como um poder no mundo. Outras questões surgirão. O PS deve escolher bem o seu lugar e afirmar com vigor a sua posição.

Mundo – Os efeitos nefastos da globalização estão na ordem do dia, eles existem! Em muitos casos porque a defesa dos direitos dos povos dos países desenvolvidos não tem em conta o que pode provocar nos países em desenvolvimento, por exemplo na área da agricultura.

Cada vez mais sentimos que por termos nascido no lado certo do mundo estamos protegidos e que a luta será cada vez mais dos desprotegidos contra os protegidos. De alguma forma a luta, dos operários e camponeses (sécs. XIX e XX) contra a burguesia, foi agora transferida para os povos da África e Ásia contra os privilegiados da Europa e América.

Nem que seja por motivos egoístas, para nos protegermos a nós, temos de defender e apoiar o desenvolvimento de um enorme mundo que está longe do bem estar. A posição do PS deve ser clara.

* Há um cenário que se coloca: Imaginem que Durão Barroso demite Paulo Portas. Será o fim da coligação? Será que o Caso Moderna nos vai trazer eleições, a curto prazo? Será que o PS está preparado?

A SEMANA PREVISTA

Sob a presidência de Ferro Rodrigues tem hoje lugar a reunião semanal do Secretariado Nacional do PS, onde se vai analisar o Orçamento de Estado para 2003. No final da reunião dar-se-á a conhecer a posição dos socialistas face ao documento do Governo.

Ter hoje a plenário da Assembleia da República o projecto de lei do PS para a criação do Banco de Terras, que tem como primeiro subscritor o deputado Capoulas Santos.

Qu o secretário-geral do PS participa em Alenquer no jantar comemorativo da revolução do 5 de Outubro organizado pelo PS local.

Qu Ferro Rodrigues preside ao encerramento dos trabalhos da Comissão Política Concelhia do Barreiro que terá lugar no próximo sábado.

Sex. O secretário-geral do PS desloca-se a Londres para participar na reunião dos líderes do PSE, cujos principais pontos de agenda são a preparação da Cimeira de 24 e 25 de Bruxelas e a ascensão da direita ao poder na Europa.

Sáb. Realiza-se no próximo sábado a Convenção autárquica concelhia do PS/Coimbra.

DOM. A corrente socialista da CGTP-IN vai estar reunida durante o próximo fim-de-semana para analisar a actual situação política, social e laboral. Paulo Pedroso encerrará o encontro que tem lugar no Inatel, em Oeiras.

SEG. Mário Soares é um dos participantes no jantar-debate promovido pela Secção do Desenvolvimento Sustentável, que terá lugar hoje, no restaurante Loreto, em Lisboa. O desenvolvimento sustentável é o tema em discussão.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS SECÇÕES DO PS COIMBRA

Eiras
Rua Cidade Poitier, 171-1º
3000 Coimbra
239439370

Cernache
Rua das Chas-Vila Nova
3040-810 Cernache
239947199

Lamarosa
Lamarosa
3020-601 Lamarosa
239951288

S. Paulo da Frades
Novo Horizonte - S. Paulo da Frades
3020 Coimbra
239431150

Ameal
Rua Outeiro de S. Pedro, nº 67
3040-511 Ameal
239981492

Lousã
Av. Dr. José Cardoso
3200-202 Lousã
239991196



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt
Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt
Paulo Pisco

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico
Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura
Junto envio o valor da assinatura

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Cheque Vale de correio 12 meses

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ **Código Postal** _____

Assinaturas	12 meses	
	52 números	
Continente	25 €	O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados
Regiões Autónomas	32 €	
Macau	54 €	
Europa	63 €	
Resto do Mundo	92 €	